

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA

UNIDADE ORGÂNICA DE SERVIÇOS PARTILHADOS

SERVIÇO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE



Ponto 6 da 2ª T. de 2020/06/17

<b>Parecer:</b>	<b>Despacho:</b> Para ser presente em reunião de Câmara 12/06/20 R. A. E.
-----------------	---

Informação n.º 3

09/06/2020

Processo n.º: 3.1

**ASSUNTO: Documentos de Prestação de Contas Consolidadas - 2019**

**Ex<sup>mo</sup> Senhor**

**Vice-Presidente da Câmara Municipal**

Nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se a apreciação e aprovação de V. Ex.<sup>a</sup> e Dig.<sup>a</sup> Câmara os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas, referentes ao ano de 2019, que deverão ser submetidos à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

À consideração de V.Ex.<sup>a</sup>.

**CÂMARA MUNICIPAL  
VILA NOVA BARQUINHA**

**PRESENTE EM REUNIÃO**

**A Funcionária**

17/06/2020

Susana Amaro

(Susana Amaro,

Técnica Superior)

Deliberado por maioria, com a abstenção do vereador sr.ª cláudia ferreira, aprova os documentos de prestação de contas consolidadas de 2019, bem como remete os mesmos à Assembleia Municipal, para os efeitos do disposto na alínea i), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.  
Aprovado em minuta.

**VILA NOVA DA BARQUINHA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2019**  
**Município de Vila Nova da Barquinha / CDN / RSTJ**  
**/ Tejo Ambiente**  
**RELATÓRIO DE CONTAS 2019**

## ÍNDICE

1. LEGISLAÇÃO APLICAVEL .....	3
2. GRUPO MUNICIPAL .....	5
3. RECURSOS HUMANOS .....	11
4. EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS .....	12
5. ANÁLISE AO BALANÇO .....	15
6. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	20
7. SITUAÇÃO ECONOMICA-FINANCEIRA .....	23
8. STOCK DA DIVIDA TOTAL .....	25
9. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES .....	28

## 1.LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

### 1.1.REGRAS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

A Lei 73/2013 de 03 de Setembro, na sua atual redação, que veio estabelecer o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, revogando a anterior Lei das Finanças Locais (Lei 02/2007 e 15/01), define no seu art.º 75º as regras orientadoras para a elaboração da Consolidação de Contas dos Municípios, entidades intermunicipais e as suas entidades associativas com as entidades detidas ou participadas. Assim, estabelece o art.º 75º da Lei 73/2013 que os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentem contas consolidadas com as entidades controladas ou participadas, passando esse conjunto de entidades, a designar-se Grupo Autárquico.

Como entidades controladas consideram-se, nos termos da atual Lei, as entidades sob as quais o Município exerce controlo, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Presume-se, ainda a existência de controlo quando se verifique pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado: a) A faculdade de vetar os orçamentos; b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão; c) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes; d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios; e) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Este conjunto de definições, estabelecidas em Lei, veio confirmar e dar legitimidade à aplicação da Orientação nº 1/2010, aprovada pela Portaria 474/2010 de 01 de Julho, através da qual veio estabelecer que as demonstrações financeiras consolidadas devem refletir a consolidação de contas da entidade consolidante (Município) com as entidades controladas, sob as quais o Município exerce determinadas condições de poder e de resultado, e que a Orientação 1/2010, tão bem define no seu ponto 5.1.Quanto aos procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação das contas, o nº 8 do art.º 75º veio estabelecer que são os definidos para as entidades do sector público administrativo, algo que também a Orientação 1/2010 tinha estabelecido através de um novo conjunto de princípios enquadradores, subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas no sector público administrativo.

## 1.2. PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

Em 2019 ocorreu a subscrição de participações nas entidades RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A. no valor de 5.000,00€, representando 10% detidos na entidade pelo Município de Vila Nova da Barquinha e na Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, S.A. no valor de 46.500,00€, representando 7,60% detidos na entidade pelo Município de Vila Nova da Barquinha.

Estas entidades apesar de serem somente detidas por municípios e como tal poder sugerir que se tratam de entidades intermunicipais e por conseguinte serem consideradas entidades consolidantes (n.º2 do artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro), importa referir que as mesmas estão abrangidas pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, mais concretamente pelo artigo 19.º - Empresas Locais sendo a sua forma jurídica uma Sociedade Anónima (S.A.). Desta forma em termos de consolidação estão sujeitas a serem integradas no perímetro de consolidação por via da alínea b) do número 4.º do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro pelo que não são consideradas entidades consolidantes.

Em ambos os casos de acordo com o disposto no ponto 6.5 – Métodos de consolidação da Portaria n.º 474/2010 de 15 de junho – Orientação n.º 1/2010, o método de consolidação a aplicar em ambos os casos é o Método da Equivalência Patrimonial (MEP), na medida em as participações detidas em ambas as entidades são inferiores a 50%.

## 1.3.ELEMENTOS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

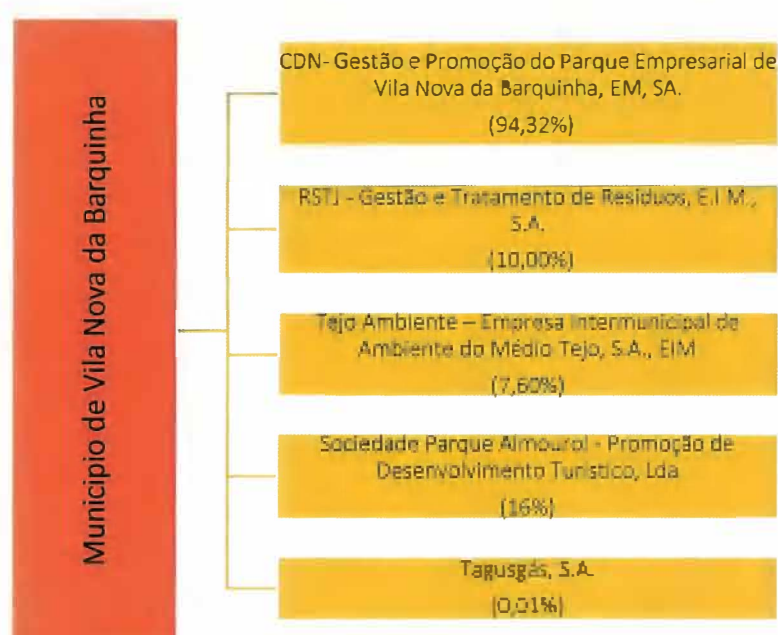
À luz da alínea j) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, venho submeter à aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2019, constituídos por:

- Relatório de Gestão;
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais;
- Balanço Consolidado;
- Demonstração de Resultados Consolidada;
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- Outros Documentos.

Para que nos termos da alínea i) do nº 1 do artigo 33º da referida Lei possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 76º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com a alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013.

## 2. GRUPO MUNICIPAL

### 2.1. ORGANIGRAMA DO GRUPO MUNICIPAL



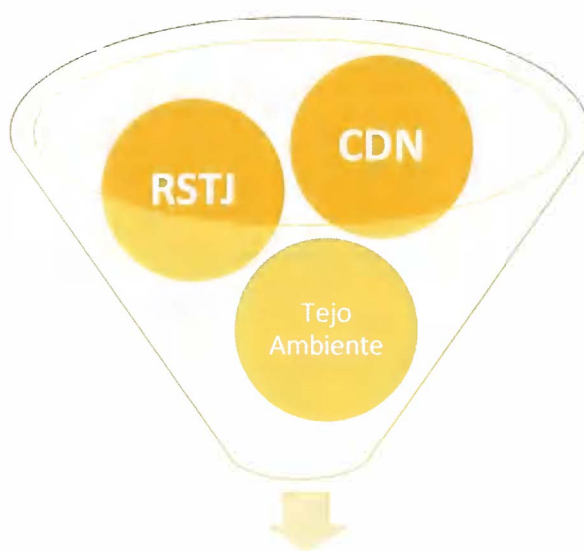
### 2.2. ENTIDADES INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2014, da Lei 73/2013 de 3 de setembro, que aprovou o novo regime financeiro das autarquias locais, as entidades incluídas no perímetro de consolidação, deixaram de ser apenas as empresas do setor empresarial local detidas a 100% (conforme estipulado na anterior Lei das Finanças Locais – Lei 2/2007, de 15 de janeiro), passando a ser as entidades controladas pelo Município. Nos termos da Lei 73/2013 é entendido como condição de controlo de entidades não empresariais, reunirem uma das seguintes condições: a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão. Com esta mudança, o CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA, passou a partir de 2014 a ser incluída no

perímetro da consolidação, pois apesar do seu Fundo Social não ser detido na totalidade pelo Município de Vila Nova da Barquinha (detém 94,32%), a autarquia possui a sua maioria e tem a faculdade de designar e destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão.

A partir de 2019, integraram o perímetro da consolidação mais duas empresas, nomeadamente a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., sendo uma empresa local de natureza intermunicipal, constituída sob a forma de sociedade anónima. O capital social foi realizado de igual forma pelos 10 municípios, dos quais o Município de Vila Nova da Barquinha detém 10%.

Relativamente á outra empresa integrada, é a Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, S.A., EIM, que se enquadra também na natureza intermunicipal, sendo constituída sob a forma de sociedade anonima. O capital social da sociedade é de € 600 000,00 (seiscentos mil euros), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, do qual o Município detém 7,60%.



**MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA**

**CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, Em, S.A.**

Empresa Municipal, constituída a 6 de julho de 2007, tem por objeto o desenvolvimento e a gestão do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha e visa promover a competitividade das atividades económicas, explorando vantagens logísticas e intensificando as vantagens da inovação e do conhecimento, privilegiando condomínios empresariais de eficiência coletiva para a promoção e gestão de pólos de aglomeração de atividades do Médio Tejo.

## ÓRGÃOS SOCIAIS:

### Assembleia Geral:

- Presidente – Luís Lopes
- 1º Secretário – Óscar Baptista
- 2º Secretário – Marina Honorio

### Conselho de Administração:

- Presidente – Fernando Santos Freire
- Vogal – Rui Constantino Martins
- Vogal – Manuel Lourenço da Silva



## RSTJ - GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, E.I.M., S.A.

A empresa foi constituída em 27 de março de 2019 com uma área de intervenção de 10 concelhos: Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

A RSTJ é detentora de uma matriz de infraestruturas (instalações, equipamentos mecânicos, recipientes, recursos humanos e financeiros) destinada a assegurar com eficiência, conforto, segurança e inocuidade a deposição, recolha, transporte, tratamento, valorização, eliminação, estabilização dos referidos RSU. Este sistema tem a seu cargo dar destino final adequado às cerca de 100.000 toneladas de RSU (resíduos sólidos urbanos) produzidas anualmente pelos 209.587 habitantes (INE, 2011) desta região com uma área de influência de 2.466 km.



## ÓRGÃOS SOCIAIS:

### Assembleia Geral:

- Presidente – Município de Santarém, representado por Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves
- 1º Secretário – Município de Tomar, representado por Hélder Duarte Henriques
- 2º Secretário – Município de Vila Nova da Barquinha, representado por Rui Constantino Martins

### Conselho de Administração:

- Presidente – Município do Entroncamento, representado por Jorge Manuel Alves de Faria
- Vogal – Município da Chamusca, representado por Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado
- Vogal – Município de Alcanena, representado por Hugo André Silva Ferreira Santarém



## TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, S.A., EIM

A empresa foi constituída em 24 de julho de 2019 com uma área de intervenção de 6 concelhos: Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha.

A sociedade tem por objeto a exploração e a gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, o que agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos municípios de Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Ourém e Vila Nova da Barquinha, no respetivo território.

A exploração e a gestão do Sistema referido no número anterior incluem a conceção, a construção, a extensão, a reparação, a renovação, a operação, a manutenção, a conservação, a melhoria e a exploração das infraestruturas, instalações e equipamentos que compõem tal sistema.

A atividade da sociedade é exercida mediante delegação, pelos municípios de Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Ourém e Vila Nova da Barquinha, da gestão e exploração do sistema intermunicipal cuja exploração e gestão constitui o respetivo objeto social, a qual é efetuada através da celebração de contrato de gestão delegada entre os municípios e a sociedade.

#### ÓRGÃOS SOCIAIS:

##### Assembleia Geral:

- Presidente – Município de Mação, representado por Vasco António Mendonça Sequeira Estrela
- Vice-Presidente – Município de Vila Nova da Barquinha, representado por Fernando Manuel dos Santos Freire
- Secretário – Município de Sardoal, representado por António Miguel Cabedal Borges

##### Conselho de Administração:

- Presidente – Município de Tomar, representado por Anabela Gaspar de Freitas
- Vogal – Município de Ourém, representado por Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque
- Vogal – Município de Ferreira do Zêzere, representado por Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores



## 2.3. ENTIDADES EXCLUIDAS NO PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Embora o artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro apenas se refira às condições em que é obrigatória a consolidação de contas, entendeu-se que o espírito da Lei seria de não incluir entidades em que a participação do capital seja inferior a 50%, e, em que o Município não tenha poder de decisão ou controlo.

Assim foram excluídas da consolidação, as seguintes entidades:

### PARQUE ALMOUROL – Promoção e Desenvolvimento Turístico Lda

A Sociedade foi constituída em 7 de novembro de 2000, tem por objeto a promoção, dinamização e desenvolvimento turístico, económico e social da zona ribeirinha entre Constância, Arripiado e Vila Nova da Barquinha, incluindo a construção de infraestruturas de apoio a atividades náuticas, turismo ativo, recreio e lazer, aquisição de equipamentos, sua gestão e exploração, a gestão de concessões e a realização de eventos turísticos, culturais e sociais.

#### ORGÃOS SOCIAIS:

- Nerventur, SGPS
- Câmara Municipal de Constância
- Câmara Municipal de Chamusca
- Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha

### TAGUSGÁS – Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA

A Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA, é a empresa distribuidora de gás combustível canalizado da área de concessão correspondente aos distritos de Santarém e Portalegre.

Tem como missão acelerar o crescimento do mercado de distribuição de Gás Natural nos distritos de Santarém e Portalegre, garantindo de forma eficiente, segura e competitiva a exploração, manutenção e desenvolvimento da rede de distribuição.

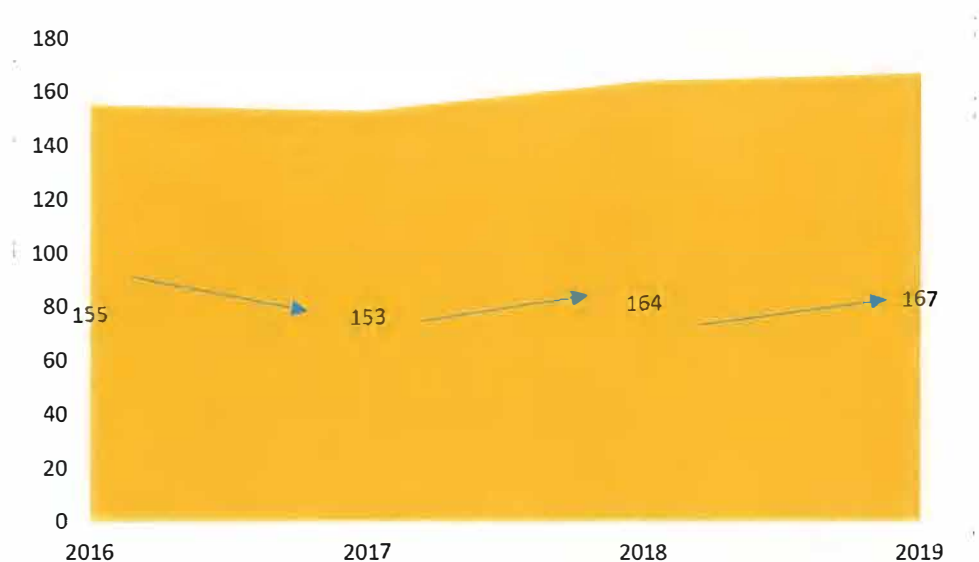
#### ÓRGÃOS SOCIAIS:

Assembleia Geral		Conselho de Administração	
Presidente	Câmara Municipal de Alcanena	Presidente	José Carvalho
1º Secretário	Câmara Municipal de Abrantes	Vogal	Miguel Henriques
2º Secretário	Câmara Municipal de Constância	Vogal	Adelino Rodrigues
		Vogal	Gracinda Raposo
		Vogal	Gonçalo Batalha

### 3. RECURSOS HUMANOS

#### 3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO GRUPO MUNICIPAL

No final de 2019 o Grupo Municipal possuía 167 trabalhadores, mais 12 que em 2016. Estes, 167 possuíam uma relação contratual direta com o Município, uma vez que, o CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA., não detém qualquer trabalhador e as empresas intermunicipais RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA e a Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Medio Tejo, EIM, SA não apresentaram o número de efetivos a 31/12/2019 nas suas contas.



A 31 de dezembro de 2019 o Município de Vila Nova da Barquinha tinha ao serviço 167 trabalhadores, número no qual estão incluídos: 1 técnico superior em comissão de serviço como chefe de divisão; e 166 trabalhadores do município.

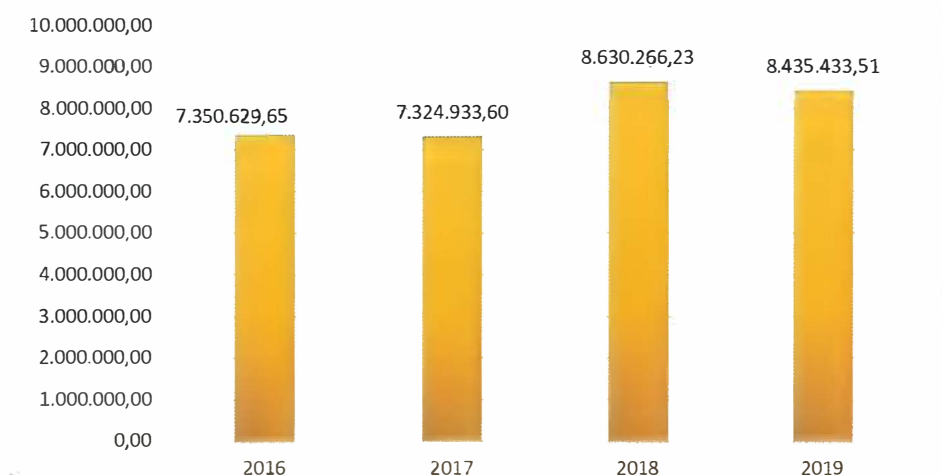
Não se incluem na análise os elementos dos gabinetes de apoio à presidência e da vereação.

#### 4. EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Em termos globais na gerência de 2019, o total da receita arrecadada pelo Grupo Município de Vila Nova da Barquinha foi de 8.435.433,51€, este valor reparte-se por 8.412.312,22€ referente ao Município de Vila Nova da Barquinha e 23.121,29€ ao CDN. As empresas RSTJ e Tejo Ambiente em 2019 não tiveram fluxos financeiros que relevem para a consolidação de contas.

Desde 2016, que a receita das contas consolidadas pelo Grupo Município de Vila Nova da Barquinha têm vindo a subir, no ano de 2019 verificou-se um ligeiro decréscimo de 2,26% face ao ano anterior. No entanto, comparando com 2016, regista-se uma taxa média de crescimento anual, ao nível do quadriénio, de 6,58%. O decréscimo de 2019 para 2018, justifica-se maioritariamente pela diminuição do saldo orçamental transitado, pois em termos globais, quer as receitas correntes como as de capital foram superiores no ano de 2019. As Receitas com origem em Fundos Comunitários do Município de Vila Nova da Barquinha e os Impostos foram os aumentos mais significativos da receita, embora não sejam suficientes para absorver a diferença de 688.852,89€ para 232.081,01€ de resultados transitados da gerência anterior.

	Município	CDN	RSTJ	Tejo Ambiente	Total
Receita Corrente	6.581.811,53	23.121,29	0,00	0,00	6.604.932,82
Receita Capital	1.598.419,68	0,00	0,00	0,00	1.598.419,68
Saldo gerência anterior	232.081,01	0,00	0,00	0,00	232.081,01
<b>Total da Receita</b>	<b>8.412.312,22</b>	<b>23.121,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.435.433,51</b>

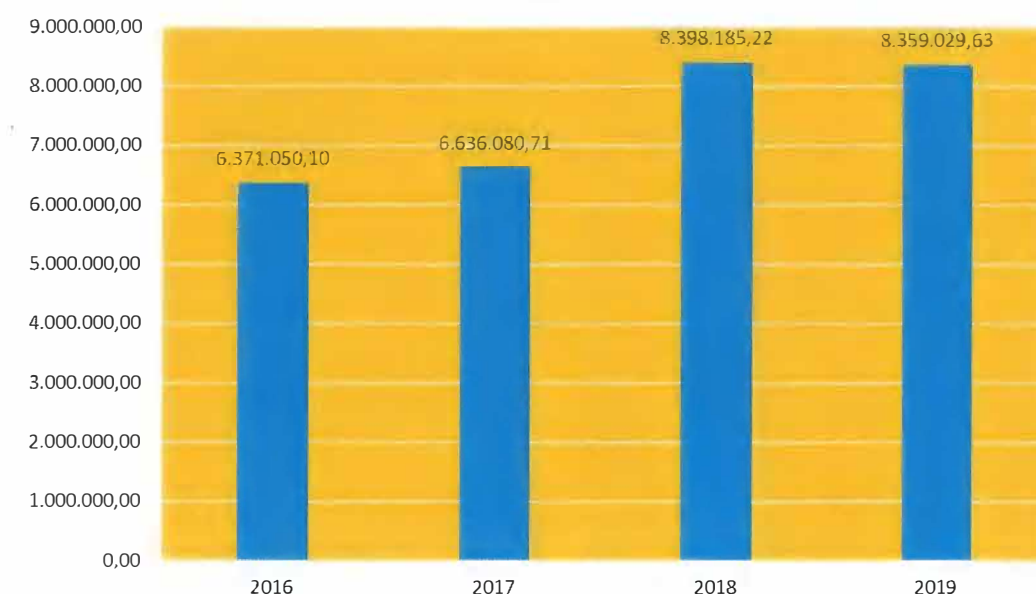


Em termos globais da despesa no ano de 2019 a Despesa Global do Grupo Município de Vila Nova da Barquinha totalizou 8.359.029,63€, este valor reparte-se por 8.334.463,72€ referente ao Município de Vila Nova da Barquinha e 24.565,91€ ao CDN. As empresas RSTJ e Tejo Ambiente em 2019 não tiveram fluxos financeiros que relevem para a consolidação de contas.

A evolução da realização da despesa acompanhou a variação na arrecadação da receita, visto que da aplicação da regra do equilíbrio na execução do orçamento, a despesa está condicionada á angariação da receita. A Despesa do total do Grupo, registou um decréscimo da despesa, em 2019 face a 2018, em termos consolidados de 39.155,59€.

Deste modo, no final do ano de 2019, registou-se uma diferença entre Receita e Despesa de 76.403,88€ que transita para 2020 e poderá ser utilizado em despesa nesse ano. Esta Poupança Orçamental registada em 2019, dota o Grupo Município de Vila Nova da Barquinha, de meios financeiros para através dos Fundos Comunitários do Portugal 2020, aumentar a despesa municipal nos próximos anos.

	Município	CDN	RSTJ	Tejo Ambiente	Total
Despesa Corrente	5.924.812,94	24.565,91	0,00	0,00	5.949.378,85
Despesa Capital	2.409.650,78	0,00	0,00	0,00	2.409.650,78
<b>Total da Despesa</b>	<b>8.334.463,72</b>	<b>24.565,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.359.029,63</b>



Nos termos nº 2 do artigo 40º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, lei do regime financeiro das autarquias locais, “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos”.

O cumprimento desta regra permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

No Grupo Município verificou-se no último quadriénio que as Receitas foram sempre superiores às Despesas. Ao nível da comparação entre Receitas e Despesas Correntes registou-se durante os últimos 4 anos uma Poupança Corrente, alcançando o valor mais elevado no ano de 2018 com 862.956,12€, representando uma taxa de crescimento médio anual no último quadriénio de -3,40%, refletindo uma evolução negativa na estrutura da execução orçamental, com uma diminuição do superavit corrente, para financiar o investimento.

#### EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

RUBRICAS	2016	2017	2018	2019	Taxa Media Crescimento Anual 2016/2019
RECEITAS CORRENTES	6.263.498,89	5.985.158,48	6.556.850,79	6.604.932,82	-1,95%
DESPESAS CORRENTES	5.423.849,45	5.494.220,16	5.693.894,67	5.949.378,85	-3,14%
POUPANÇA CORRENTE	839.649,44	490.938,32	862.956,12	655.553,97	-3,40%

A Lei 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, também estipula uma regra de equilíbrio corrente, que se encontra prevista no seu artigo 40º, definindo que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No exercício de 2019, a aplicação desta norma, traduziu-se num Saldo de Equilíbrio Orçamental do Grupo Município de Vila Nova da Barquinha de 241.795,45€, cumprindo-se com margem o limite legal.

#### EQUILIBRIO ORÇAMENTAL – NOS TERMOS DAS FINANÇAS LOCAIS

Receitas Correntes Cobradas Brutas	Despesas Correntes Pagas	Amortizações médias de empréstimos de meio e longo prazo	Total	Saldo
(1)	(2)	(3)	4 = (2)+(3)	5 = (1)-(4)
6.604.932,82	5.949.378,85	413.758,52	6.363.137,37	241.795,45



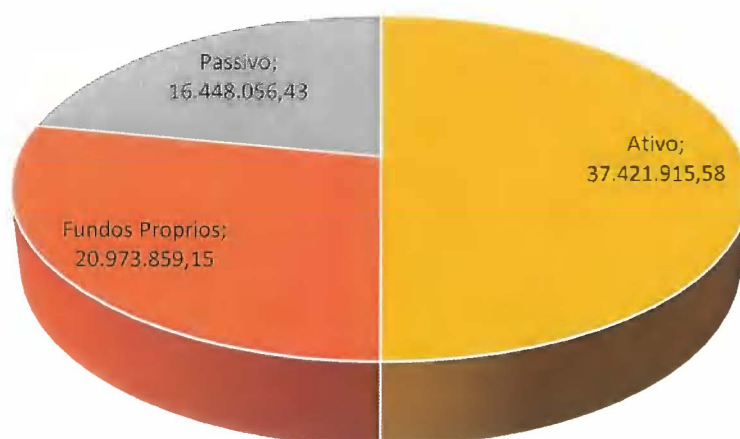
## 5. ANÁLISE AO BALANÇO

O Balanço Consolidado reflete a posição financeira e patrimonial do conjunto de entidades que formam o grupo de consolidação do Município de Vila Nova da Barquinha. Porém, deve realçar-se o facto de que esta demonstração financeira relata informação à data de 31 de dezembro de 2019, em oposição à Demonstração de Resultados e ao Mapa dos Fluxos de Caixa que demonstram os movimentos ocorridos ao longo do período económico, mais concretamente entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

Atendendo às participações financeiras que detém o Município de Vila Nova da Barquinha, controla não só as suas políticas de gestão, mas inclusive as políticas financeiras das entidades participadas, pelo que as contas destas devem fazer-se refletir nas contas do Município, se forem materialmente relevantes.

O balanço presta informação sobre os ativos do grupo, representando os bens e os direitos que possuem, e identifica a origem dos fundos utilizados ou investidos nesses ativos, mais especificamente se estes provêm da própria entidade ou se são considerados capitais alheios.

O grupo que integra a consolidação do Município de Vila Nova da Barquinha apresenta a seguinte evolução no que concerne à posição financeira.

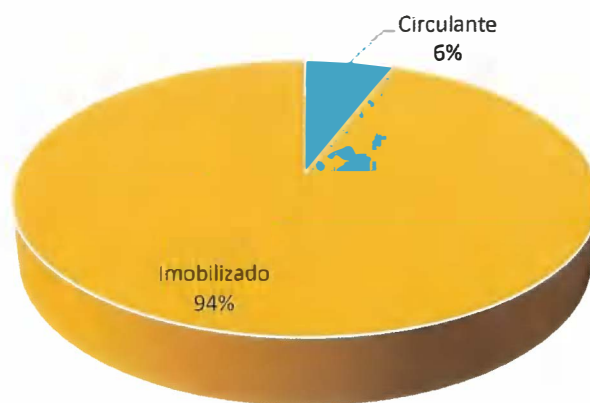




BALANÇO		2019	2018
<b>Ativo</b>		<b>37.421.915,58</b>	<b>37.262.685,93</b>
<b>Ativo Fixo</b>		<b>35.258.518,15</b>	<b>35.124.390,55</b>
	Imobilizado	35.258.518,15	35.124.390,55
	Bens do Domínio Público	5.999.988,90	6.732.293,54
	Imobilizações Corpóreas	29.024.370,96	28.208.465,01
	Investimentos Financeiros	234.158,29	183.632,00
<b>Ativo Circulante</b>		<b>967.854,89</b>	<b>1.014.199,25</b>
	Existências	79.608,32	80.602,41
	Dívidas de Terceiros	671.539,79	588.729,40
	Disponibilidades	216.706,78	344.867,44
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>		<b>1.195.542,54</b>	<b>1.124.096,13</b>
<b>Fundos Próprios</b>		<b>20.973.859,15</b>	<b>20.933.174,07</b>
	Património	12.605.308,64	12.605.308,64
	Ajustamentos de Partes de Capital	-14.769,72	-14.769,72
	Reservas	206.025,48	206.025,48
	Subsídios	1.430.539,69	1.303.949,95
	Resultados Transitados	6.777.583,54	6.944.012,60
	Resultados Líquidos	-36.214,29	-116.708,41
<b>Interesses Minoritários</b>			
	Participações CDN	5.385,81	5.355,53
<b>Passivo</b>		<b>16.448.056,43</b>	<b>16.329.511,86</b>
	Provisões para riscos e encargos	376.154,13	401.314,00
	Dívidas a Terceiros - Medio e Longo Prazo	2.236.064,77	2.587.156,63
	Dívidas a Terceiros - Fornecedores (Cauções e Ots)	10.681,39	10.681,39
	Dívidas a Terceiros - Fornecedores	655.820,31	614.306,26
	Dívidas a Terceiros - Estado e Outros Entes Públicos	34.815,01	95.259,22
	Dívidas a Terceiros - Outros Credores	126.132,39	125.423,76
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>		<b>13.008.388,43</b>	<b>12.495.370,60</b>

A análise á situação financeira do Grupo Município de Vila Nova da Barquinha é condicionada principalmente pela situação do Município de Vila Nova da Barquinha, uma vez que é a entidade do grupo com maior dimensão, ao nível dos agregados financeiros e patrimoniais, devido a grande parte da atividade estar a ser operada diretamente por esta entidade.

O ativo do grupo de consolidação apresenta um crescimento superior ao do período homólogo, assente no crescimento do ativo imobilizado. Como expectável é o imobilizado que detém um peso maior na constituição do ativo, tanto a nível individual, como no grupo de consolidado.



Os Bens e Direitos que compõem o Ativo do Grupo Município totalizavam no final de 2019 cerca de 37.421.915,58€ tendo este valor maioritariamente como origem, Fundos Próprios (20.973.859,15€) e não Passivos.

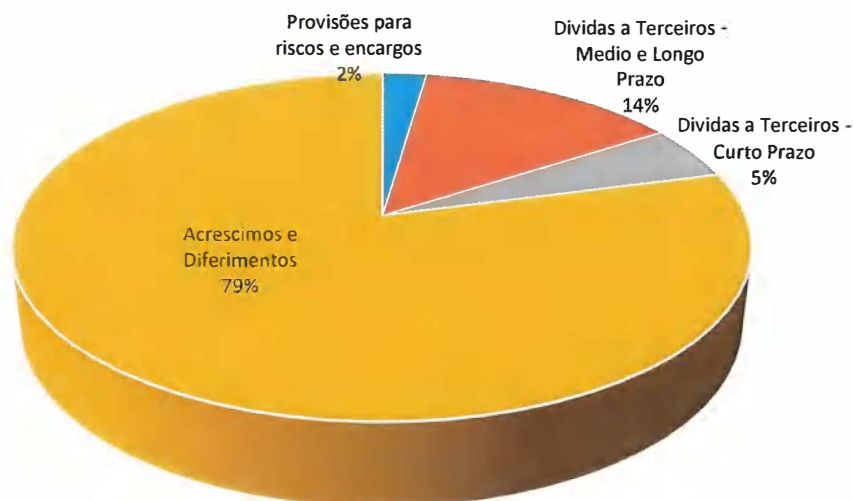
O montante de subscrição do F.A.M. encontra-se também registado no ativo, na rubrica de Investimentos Financeiros, juntamente com as participações do Município no capital da empresa CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA, RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA, Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Medio Tejo, EIM, SA Parque Almourol e Tagusgás.

A componente dos fundos próprios apresenta um crescimento, por via dos subsídios do Município de Vila Nova da Barquinha.

Os Resultados de 2019 foram de -36.214,29€, o que compara com -116.708,41€ obtidos em 2018.

O valor constante na rubrica Interesses Minoritários diz respeito ao montante conjunto das participações, ajustada das alterações do capital próprio desta entidade, resultantes da sua atividade, totalizavam em 31-12-2019 cerca de -14.769,72€.

Neste capítulo, a estrutura do passivo revela-se idêntica à do exercício anterior, com um valor global de 16.448.056,43€.



No que diz respeito ao passivo verifica-se uma diminuição pela redução das provisões para riscos e encargos, uma vez que o Município de Vila Nova da Barquinha procedeu à diminuição da provisão constituída anteriormente, para acautelar o processo judicial, porquanto foi apurada a diferença entre o montante a pagar a título indemnizatório.

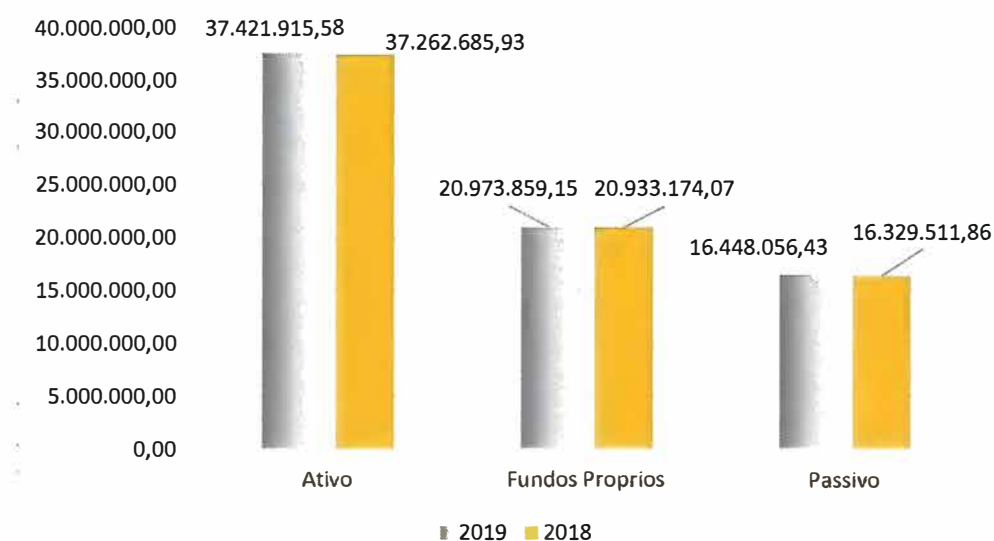
Paralelamente regista-se na rubrica de Dívida a terceiros de médio e longo prazo uma diminuição bastante assinalável, que diminuiu durante o ano em 351.091,86€, sendo o fator determinante para a contração global do Passivo.

Tanto na rubrica de Fornecedores como na rubrica Dívidas a Terceiros – Outros Credores onde está inserido o valor de 10.116,50€, registado na, corresponde em parte ao valor subscrito e que será pago até 2020 nos termos do plano de pagamentos ao Fundo de Apoio Municipal, sofreram um ligeiro aumento em 2019.

O montante de 10.681,39€ constante na rubrica do Balanço “Dívidas a Terceiros – Fornecedores (Cauções e OT’s)” refere-se a cauções prestadas por fornecedores e de operações de tesouraria.

O aumento dos Acréscimos e Diferimentos, inscritos no Passivo, justifica-se maioritariamente pelo acréscimo em 2019 da arrecadação das comparticipações financeiras ao investimento municipal, relativos a subsídios comunitários. É de sublinhar que estes valores apesar de estarem inscritos no Passivo, não correspondem a nenhuma forma de dívida do Grupo Município de Vila Nova da Barquinha, correspondendo apenas ao diferimento de proveitos.

Conclui-se, que de 2018 para 2019 o valor dos bens e direitos do Grupo Município registou um aumento de 159.229,05€, os Fundos Próprios aumentaram em 40.085,08€, e registou-se um aumento global do Passivo de 118.544,57€.



## 6. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados permite aferir o desempenho económico que a entidade, neste caso o grupo consolidado, obteve no ano de 2019, que permite avaliar a estrutura de gastos e de proveitos, evidenciando a dimensão da sua diferença.

Demonstração de Resultados	2019	2018	Variação
Resultado Líquido do Exercício	-36.214,29	-116.708,41	-222,27%
<b>Custos e Perdas</b>	<b>7.564.014,30</b>	<b>7.510.436,89</b>	<b>0,71%</b>
CMVMC	55.370,66	59.234,74	-6,98%
Fornecimentos e serviços externos	2.653.734,28	2.488.993,23	6,21%
Custos com o pessoal	3.014.135,53	2.939.536,03	2,47%
Transf. e subsídios cor. Conc. e prestações sociais	435.803,55	470.206,89	-7,89%
Amortizações do exercício	1.152.671,38	1.085.697,43	5,81%
Provisões do exercício	37.396,81	139.911,27	-274,13%
Outros custos e perdas operacionais	3.604,05	563,53	84,36%
Custos e perdas financeiras	38.404,06	42.724,89	-11,25%
Custos e perdas extraordinárias	172.893,98	283.293,40	-63,85%
Imposto Sobre Rendimento	0,00	275,48	-100,00%
<b>Proveitos e Ganhos</b>	<b>7.527.800,01</b>	<b>7.393.728,48</b>	<b>1,78%</b>
Vendas e prestações de serviços	817.235,49	838.904,65	-2,65%
Impostos e taxas	1.611.477,42	1.497.205,35	7,09%
Transferências e subsídios obtidos	4.563.923,59	4.547.407,97	0,36%
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	1.377,35	-100,00%
Proveitos e ganhos financeiros	11.232,20	14.480,85	-28,92%
Proveitos e ganhos extraordinários	523.931,31	494.352,31	5,65%

No geral os custos apresentam um aumento face ao exercício anterior, com mais relevo os de fornecimentos e serviços externos que cresceram em 164.741,05€.

Os custos financeiros e extraordinários, à semelhança das provisões, são a exceção desta componente, uma vez que apresentam diminuições.

No caso dos custos financeiros, têm uma relação direta com a diminuição do valor em dívida relacionada com empréstimos bancários.

Os aumentos de relevância na estrutura de custos são os de FSE e os custos com pessoal, que neste último caso cresceram 74.599,50€.

Relativamente aos CMVMC é de referir que apenas o Município de Vila Nova da Barquinha dentro do perímetro de consolidação apresenta valores e um ligeiro decréscimo face a 2018.

Relativamente à componente de Proveitos e Ganhos, as rubricas que compõem esta componente apresentam um aumento, com exceção da venda de bens e serviços e dos proveitos financeiros.

Com maior destaque, apresentam-se a cobrança de impostos e taxas, receita exclusiva do Município de Vila Nova da Barquinha, de onde se releva o IMI e a Derrama, com um acréscimo de 114.272,07€.

No que concerne às Vendas e prestações de serviços, a contribuição das entidades para esta rubrica está vertida no gráfico seguinte. No global esta rubrica sofreu uma ligeira diminuição face ao ano transato.



Os proveitos e ganhos extraordinários sofreram um acréscimo de 5,65% referente apenas ao Município da Barquinha, uma vez que as outras entidades do grupo não contribuíram para esta evolução.

Resumo Demonstração de Resultados:		2019	2018
Resultados Operacionais:	(A)	-360.079,76	-299.247,80
Resultados Financeiros:	(B)	-27.171,86	-28.244,04
Resultados Correntes:	(A) + (B)	-387.251,62	-327.491,84
Resultados Extraordinários	(C)	351.037,33	211.058,91
Imposto s/ Rendimento	(D)	0,00	275,48
Resultado Líquido do Exercício:	(A) + (B) + (C) + (D)	-36.214,29	-116.708,41

Os Proveitos Operacionais continuaram em 2019, tal como se verificou em 2018, a não ultrapassar, os Custos da mesma natureza, traduzindo-se em Resultados Operacionais de - 360.079,76€.

Os Resultados Financeiros aumentaram de 2018 para 2019 cerca de 1.072,18€.

Os Resultados Extraordinários registaram um aumento de 2018 para 2019, influenciada pelo aumento dos proveitos.

O Resultado Líquido do exercício foi de -36.214,29€, que traduz alguma dificuldade da autarquia em gerar proveitos, para fazer face aos seus custos, e criar margem para continuar a consolidar o Investimento. O Resultado final do exercício foi influenciada pelos Resultados Operacionais e Extraordinários, e apesar do impacto positivo manteve-se negativo.

## RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Num cenário de três anos, podemos verificar que a evolução do resultado líquido do exercício tem sido favorável, demonstrando a capacidade do Grupo Municipal em evoluir para positivo.

	2017	2018	2019
Resultado Líquido do Exercício:	-184.976,10	-116.708,41	-36.214,29

## 7. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade.

Indicadores		2019	2018
Rendibilidade Líquida do Ativo	Resultado Líquido Ativo	-0,10%	-0,31%
Liquidez Geral	Ativo Circulante Passivo Exigível a Curto Prazo	80,41%	81,33%
Liquidez Imediata	Disponibilidades Passivo Exigível a Curto Prazo	18,00%	27,66%
Índice de Solvência	Dívidas a Terceiros Ativo Total	2,18%	2,24%
Índice de Autonomia	Fundos Próprios Ativo Total	56,05%	56,18%
Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes	Capitais Permanentes Imobilizado Líquido	65,83%	66,96%

A Rendibilidade Líquida do Ativo, permite aferir da relação entre os Resultados Líquidos e o Ativo, bem como da relação entre custos e proveitos. O resultado deste rácio, indica que no exercício de 2019, no Grupo Município de Vila Nova da Barquinha, existiu uma gestão equilibrada dos meios colocados à disposição para que não houvesse pagamentos em atraso o que originou os custos a serem maiores que os proveitos em cerca de -0,10% do Ativo, registando-se um acréscimo face a 2018.

A regra do equilíbrio financeiro aconselha que a Liquidez Geral, em percentagem, seja superior a 100%, significando nesse caso que não se aproximam situações de dificuldades ao nível da tesouraria, o que não acontece em 2019 para o Grupo do Município.



A Liquidez Imediata mede a existência no momento, de dificuldades de tesouraria. O Grupo Município tinha em disponibilidades cerca de 18%, do total das dívidas de curto prazo, sendo entendidas como dívidas de curto prazo, o valor a amortizar em 2020 de empréstimos de Médio e Longo Prazo, o valor a realizar do FAM em 2020 e as dívidas a fornecedores.

O Índice de Solvência indica a capacidade que a entidade tem, para com o ativo, fazer face aos compromissos assumidos. O valor de 2,18% traduz uma fraca dependência relativamente aos credores, logo a garantia do cumprimento das suas obrigações para com terceiros. A diminuição deste rácio do Grupo Município em 2019, reflete o decréscimo do Passivo de 2018 para 2019.

A estrutura do financiamento da atividade do Grupo Municipal pode ser analisada, através do Índice de Autonomia, que mede até que ponto a atividade está a ser financiada com capitais próprios, o rácio obtido de 56,05%, evidencia que nas iniciativas municipais o recurso a crédito de terceiros tem uma dimensão reduzida, em 2019.

A Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes evidencia o valor do imobilizado coberto pelos Fundos Próprios e do Recurso ao crédito junto da banca, bem como de terceiros com prazos superiores a 1 ano. O valor deste rácio 65,83%, revela que a larga maioria do investimento é efetuado sem recurso a crédito de terceiros.

O Grupo Município de Vila Nova da Barquinha possuía a 31-12-2019 uma posição financeira sólida, derivada de um bom grau de Autonomia face a credores, mesmo com o Resultado Líquido negativo de 36.214,29€.

## 8. STOCK DA DÍVIDA TOTAL

### 8.1 – DÍVIDAS DE TERCEIROS DE CURTO PRAZO

RUBRICAS	2017	2018	2019	Variação 2018-2019
Contribuintes, Utentes e Clientes c/c	320.275,64	365.428,61	426.602,00	61.173,39
Estado e outros entes públicos	50.078,18	46.139,98	46.132,40	-7,58
Administração Autárquica	413,99	413,99	413,99	0,00
Outros devedores	52.203,48	176.746,82	198.391,40	21.644,58
<b>TOTAL</b>	<b>422.971,29</b>	<b>588.729,40</b>	<b>671.539,79</b>	<b>82.810,39</b>

As “Dívidas de Terceiros” totalizaram em 31/12/2019 o valor de 671.539,79€.

Relativamente ao ano anterior verifica-se um aumento da dívida de terceiros no valor de 82.810,39€ que se deveu essencialmente ao acréscimo da dívida de contribuintes, que se deve a faturação de água.

### 8.2 – DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO

RUBRICAS	2017	2018	2019	Variação 2018-2019
Fornecedores c/c	244.210,89	378.774,33	527.662,98	148.888,65
Fornecedores imobilizado c/c	112.338,62	235.531,93	128.157,33	-107.374,60
Clientes e Utentes c/ cauções	10.681,39	10.681,39	10.681,39	0,00
Estado e outros entes públicos	103.997,42	95.259,22	34.815,01	-60.444,21
Outros credores	219.648,43	125.423,76	126.132,39	708,63
<b>TOTAL</b>	<b>690.876,75</b>	<b>845.670,63</b>	<b>827.449,10</b>	<b>-18.221,53</b>



Relativamente à dívida a curto prazo, o Grupo Municipal encerrou o ano de 2019 com dívidas no valor de 827.449,10€. Verificou-se relativamente a 2018 uma diminuição no valor de 18.221,53€, valor este que podia ser mais acentuado, se não estivessem aqui registados um trimestre de 2018 de iluminação pública, que a EDP anulou e voltou a emitir em 2019.

#### 8.2.1- DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO – PAGAMENTOS EM ATRASO A 31/12/2019

Nos termos do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015 de 2 de junho, “consideram-se pagamentos em atraso as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes”.

O Grupo Municipal encerrou o exercício económico de 2019 com pagamentos em atraso de valor nulo, isto é, não existiam.

#### 8.3 – DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Dívida (em 31/12/2018)	2.587.156,63
Aumento da dívida - utilização de Empréstimos	62.666,66
Diminuição da dívida - Amortização	413.758,52
Dívida (em 31/12/2019)	2.236.064,77

No início do ano a dívida do Grupo Municipal, resultante de diversos empréstimos a médio e longo prazo, era de €2.587.156,63. Este valor refere-se ao Município de Vila Nova da Barquinha, pois nenhuma das empresas do grupo consolidado contratou empréstimos de médio e longo prazo.

Analisando a sua evolução em 2019 verifica-se uma diminuição no valor de €413.758,52 que resultou do valor da amortização de empréstimos.

EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS (AMORTIZAÇÃO + JUROS) COM A DÍVIDA  
A MÉDIO E LONGO PRAZO

RUBRICAS	2017	2018	2019	Variação 2018-2019
Amortização	442.217,46	444.830,95	413.758,52	-31.072,43
Juros	47.105,67	41.782,16	37.164,04	-4.618,12
TOTAL	489.323,13	486.613,11	450.922,56	-35.690,55

Em 2019, foram pagos referente aos empréstimos de médio e longo prazo, juros no montante de €37.164,07 e amortizações no montante de €413.758,52. Relativamente a 2018, verificou-se uma diminuição quer no valor das amortizações quer no valor dos juros, estes últimos devido às reduzidas taxas de juros praticadas pelo sistema bancário e as amortizações devido ao facto de terem finalizado alguns planos de amortização de empréstimos.

No ano de 2019, o Município de Vila Nova da Barquinha utilizou € 62.666,66, do empréstimo contratado ao BEI no valor de € 92.000,00 referente ao projeto Ninho de Empresas.

#### 8.4. – OUTROS CREDORES

Nesta conta está contabilizada a realização do capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM) no montante de 10.116,50€ a liquidar no ano 2020.

Os restantes 116.015,89 € a liquidar no ano 2020, estão inseridos €97.979,78 referentes a credores por depósitos de tesouraria.

Relativamente a 2018 verifica-se uma diminuição de 708,63€, resultante do aumento das cauções retidas nas faturas de imobilizado.

## 9. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Portugal está, como a restante população mundial, a atravessar um estado de pandemia global provocado pelo Covid-19 (Coronavírus).

Além do custo humano que esta pandemia já provocou e que provavelmente ainda continuará a ocorrer, existem também inúmeras situações às quais será necessário intervir, quer para o reativar do funcionamento da economia, onde se inclui as ajudas à manutenção de postos de trabalho e de empresas, quer em auxílio de diversas situações sociais decorrentes do abrandamento da economia mundial, como seja desemprego, pobreza ou a falta de recursos para subsistência.

Os custos para todas as entidades públicas, onde se inclui o Grupo Municipal de Vila Nova da Barquinha, ainda que difíceis de estimar perspectivam-se elevados, sem contudo colocar em causa a continuidade da entidade.

# PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2019

Município de Vila Nova da Barquinha / CDN / RSTJ  
/ Tejo Ambiente

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 1. ENTIDADES INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

#### 1.1. DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES

Fazem parte integrante do perímetro de consolidação, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), as entidades controladas pelo Município de Vila Nova da Barquinha a 31 de dezembro de 2019.

A consolidação do grupo Municipal estende-se, nos termos da presente lei, a todas as empresas locais, que nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integram o setor empresarial local.

O Grupo do Município de Vila Nova da Barquinha, nos termos da Lei é composto pelas seguintes entidades:

Designação da Entidade	N.I.P.C	Sede Social	Proporção do Capital Detido			
			Capital	%	Valor nominal realizado	Motivos da Inclusão
Município de Vila Nova da Barquinha	506899250	Praça da Republica 2260-11 Vila Nova da Barquinha				Entidade-mãe obrigada a consolidação de contas, nos termos do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha EM, SA	508190460	Praça da Republica 2260-11 Vila Nova da Barquinha	150.000,00	94,32%	141.480,00	Municípios que, detenham empresas do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, nos termos do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.	515332607	Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão, 2140-671 Carregueira	50.000,00	10,00%	5.000,00	Municípios que, detenham empresas do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, nos termos do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, S.A., EIM	515545236	Edifício Paço do Conde, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 2490-548 Ourém	600.000,00	7,60%	45.600,00	Municípios que, detenham empresas do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, nos termos do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Em 2019, o valor total das participações financeiras do Município de Vila Nova da Barquinha subdividiu-se em:

CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA, manteve-se no montante de 141.480,00€. Este valor resultou do valor do capital próprio, aquando da sua constituição, de 52.520,00€ em numerário e 78.720,00€ em espécie, através do lote de terreno cedido por este Município, no ano de 2007.

Ao valor inicial acresceu o montante de 10.240,00€, resultante do aumento de capital social, na sua participada pelo montante em capital, no ano de 2009.

RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., no montante de 5.000€, este valor resultou do valor do capital próprio, aquando da sua constituição em numerário no ano de 2019.

Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, S.A., EIM., no montante de 46.500€, este valor resultou do valor do capital próprio, aquando da sua constituição em numerário no ano de 2019.

## 1.2. ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Entidade participada	N.I.P.C	Sede Social	Participação no final do exercício		
			%	Valor nominal realizado	Motivos da Exclusão
Tagusgás, SA	503956538	Rua Conde Da Ribeira Grande, Lt. 2, Zona Industrial Santarém Apartado 281	0,01%	1.535,00	Foram excluídas do perímetro de consolidação, porque a participação do Município de Vila Nova da Barquinha não é de controlo direto, de acordo com o n.º 3, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Sociedade Parque Almourol - Promoção de Desenvolvimento Turístico, Lda.	505154919	Pavilhão de Exposições da Nersant, Sala 5, Várzea de Mesiões 2350-433 Torres Novas	16,00%	34.000,00	
ADIRN - Associação Desenvolvimento Integrado Ribatejo Norte	502690267	Alameda Um de Março - Centro Comercial Templários - 3º andar 2300-431 Tomar	13,83%	5.000,00	
Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	Av. Marnoco e Sousa 52 3004-511 Coimbra	0,28%	4.258,16	
CIMT - Comunidade Intermunicipal do Medio Tejo	502106506	Convento de São Francisco, Avª General Bernardo Faria 2304-909 Tomar	5,33%	2.958,26	
RESITEJO - Associação Gestão e Tratamento Lixos Medio Tejo	973767588	Rua Ferro de Engomar - ECO Parque do Relvão 2140-671 Carregueira	4,34%	0,00	

## 1.3. MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO UTILIZADOS:

Por força do normativo, é utilizados o método de consolidação:

Entidade detida com uma percentagem de 94,32% - Método de consolidação integral.

Entidades detidas com uma percentagem de 7,60% e 10% - Método de Equivalência Patrimonial

Reconhecimento dos interesses minoritários.

## 2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando as regras e critérios da empresa— mãe (Município), ou seja, de acordo com as normas previstas no POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).



## 2.1. PRINCIPIOS CONTABILISTICOS

Com o objetivo das Demonstrações Financeiras consolidadas apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada, estas foram preparadas nos termos dos seguintes princípios contabilísticos:

- Relevância e materialidade;
- Fiabilidade;
- Neutralidade;
- Plenitude;
- Representação fidedigna da informação.

2.1.1. Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

Não existem.

2.1.2. Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados.

Não existem.

2.1.3. Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do fato de se tratar ou não de uma alteração significativa

Não existem.

## 3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

3.1. Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas

Os mapas auxiliares de consolidação do Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados, constam em anexo:

Código de Contas	ATIVO	Balancos das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação					Correções de Consolidação		Grupo Municipal Consolidado
		CMVNB	CDN	RSTJ	Tejo Amb	Total	Debito	Credito	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	(5)	(6)	(7)=(5)+(4)-(5)
	<b>Imobilizado</b>								
	<b>Bens de domínio público</b>								
451	Terrenos e recursos naturais	188.204,37	0,00	0,00	0,00	188.204,37	0,00	0,00	188.204,37
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infraestruturas	12.258.000,70	0,00	0,00	0,00	12.258.000,70	0,00	0,00	12.258.000,70
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
485	Reintegração acumulada de bens do domínio público	-6.446.216,17	0,00	0,00	0,00	-6.446.216,17	0,00	0,00	-6.446.216,17
		5.999.988,90	0,00	0,00	0,00	5.999.988,90	0,00	0,00	5.999.988,90
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>								0,00
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
483	Reintegração acumulada de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Imobilizações Corpóreas</b>								
421	Terrenos e recursos naturais	7.331.940,10	78.720,00	0,00	0,00	7.410.660,10	0,00	0,00	7.410.660,10
422	Edifícios e outras construções	25.339.077,79	0,00	0,00	0,00	25.339.077,79	0,00	0,00	25.339.077,79
423	Equipamento básico	1.152.553,85	0,00	0,00	0,00	1.152.553,85	0,00	0,00	1.152.553,85
424	Equipamento de transporte	996.661,66	0,00	0,00	0,00	996.661,66	0,00	0,00	996.661,66
425	Ferramentas e utensílios	64.060,53	0,00	0,00	0,00	64.060,53	0,00	0,00	64.060,53
426	Equipamento administrativo	580.803,04	2.395,00	0,00	0,00	583.198,04	0,00	0,00	583.198,04
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	34.289,51	11.712,00	0,00	0,00	46.001,51	0,00	0,00	46.001,51
442	Imobilizações em curso	456.088,40	0,00	0,00	0,00	456.088,40	0,00	0,00	456.088,40
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
482	Reintegração acumulada de imobilizações corpóreas	-7.009.823,92	-14.107,00	0,00	0,00	-7.023.930,92	0,00	0,00	-7.023.930,92
		28.945.650,96	78.720,00	0,00	0,00	29.024.370,96	0,00	0,00	29.024.370,96
	<b>Investimentos Financeiros</b>								
411	Partes de capital	187.264,60	0,00	0,00	0,00	187.264,60	53.489,40	141.480,00	99.274,00
412	Obrigações e títulos de participação	182.097,00	0,00	0,00	0,00	182.097,00	0,00	0,00	182.097,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Ajustamentos de investimentos financeiros	-47.212,71	0,00	0,00	0,00	-47.212,71	0,00	0,00	-47.212,71
		322.148,89	0,00	0,00	0,00	322.148,89	53.489,40	141.480,00	234.158,29

Código de Contas	ATIVO	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação					Correções de Consolidação		Grupo Municipal Consolidado
		CMVNB	CDN	RSTJ	Tejo Amb	Total	Debito	Credito	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	(5)	(6)	
	<b>Circulante</b>								
	<b>Existências</b>								
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	79.608,32	0,00	0,00	0,00	79.608,32	0,00	0,00	79.608,32
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Ajustamentos de existências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		79.608,32	0,00	0,00	0,00	79.608,32	0,00	0,00	79.608,32
	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>								
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>								
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	282.349,99	85.242,43	0,00	0,00	367.592,42	0,00	0,00	367.592,42
212	Contribuintes, c/c	96.191,28	0,00	0,00	0,00	96.191,28	0,00	0,00	96.191,28
213	Utentes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	104.553,75	0,00	0,00	0,00	104.553,75	0,00	0,00	104.553,75
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	21.012,64	25.119,76	0,00	0,00	46.132,40	0,00	0,00	46.132,40
264	Administração autárquica	0,00	413,99	0,00	0,00	413,99	0,00	0,00	413,99
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	198.391,40	0,00	0,00	0,00	198.391,40	0,00	0,00	198.391,40
291	Provisões cobranças duvidosas	-96.429,57	-45.305,88	0,00	0,00	-141.735,45	0,00	0,00	-141.735,45
		606.069,49	65.470,30	0,00	0,00	671.539,79	0,00	0,00	671.539,79
	<b>Títulos negociáveis</b>								
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Ajustamentos de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Código de Contas	ATIVO	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação					Correções de Consolidação		Grupo Municipal Consolidado
		CMVNB	CDN	RSTJ	Tejo Ambiente	Total	Debito	Credito	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	(5)	(6)	(7)=(5)+(4)-(5)
12	Depósitos em instituições financeiras e caixa								
	Depósitos em instituições financeiras	209.735,23	9,53	0,00	0,00	209.744,76	0,00	0,00	209.744,76
11	Caixa	4.707,21	2.254,81	0,00	0,00	6.962,02	0,00	0,00	6.962,02
		214.442,44	2.264,34	0,00	0,00	216.706,78	0,00	0,00	216.706,78
	Acréscimos e diferimentos								
271	Acréscimos de proveitos	1.183.736,40	0,00	0,00	0,00	1.183.736,40	0,00	0,00	1.183.736,40
272	Custos diferidos	11.806,14	0,00	0,00	0,00	11.806,14	0,00	0,00	11.806,14
		1.195.542,54	0,00	0,00	0,00	1.195.542,54	0,00	0,00	1.195.542,54
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>37.363.451,54</b>	<b>146.454,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>37.509.906,18</b>	<b>53.489,40</b>	<b>141.480,00</b>	<b>37.421.915,58</b>

Código de Contas	FUNDOS PRÓPRIOS	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação					Correções de Consolidação		Grupo Municipal Consolidado
		CMVNB	CDN	RSTJ	Tejo Amb	Total	Debito	Credito	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	(5)	(6)	(7)=(5)+(4)-(5)
	Fundos próprios								
51	Patrimônio	12.605.308,64	150.000,00	0,00	0,00	12.755.308,64	0,00	150.000,00	12.605.308,64
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-79.658,76	0,00	0,00	0,00	-79.658,76	79.244,64	14.355,60	-14.769,72
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Reservas								
571	Reservas legais	206.025,48	1.912,92	0,00	0,00	207.938,40	0,00	1.912,92	206.025,48
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
575	Subsídios	1.430.539,69	0,00	0,00	0,00	1.430.539,69	0,00	0,00	1.430.539,69
576	Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Resultados transitados	6.841.338,21	-37.120,96	0,00	0,00	6.804.217,25	51.476,56	78.110,27	6.777.583,54
88	Resultado líquido do exercício	-34.992,95	-21.502,52	0,00	0,00	-56.495,47	20.281,18	0,00	-36.214,29
266	Obrigacionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.164,47	0,00	4.164,47
817	Interesses minoritários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.221,34	0,00	1.221,34
	<b>Total dos fundos próprios/capitais próprios</b>	<b>20.968.560,31</b>	<b>93.289,44</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.061.849,75</b>	<b>156.388,19</b>	<b>244.378,79</b>	<b>20.973.859,15</b>



Código de Contas	PASSIVO	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação					Correções de Consolidação		Grupo Municipal Consolidado
		CMVNB	CDN	RSTJ	Tejo Amb	Total	Debito	Credito	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	(5)	(6)	
292	Provisões para riscos e encargos	376.154,13	0,00	0,00	0,00	376.154,13	0,00	0,00	376.154,13
		376.154,13	0,00	0,00	0,00	376.154,13	0,00	0,00	376.154,13
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)								
2312	Dívidas a instituições de crédito	2.236.064,77	0,00	0,00	0,00	2.236.064,77	0,00	0,00	2.236.064,77
		2.236.064,77	0,00	0,00	0,00	2.236.064,77	0,00	0,00	2.236.064,77
	Dívidas a terceiros - Curto prazo								
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	55.635,89	30.665,20	0,00	0,00	86.301,09	0,00	0,00	86.301,09
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	441.361,89	0,00	0,00	0,00	441.361,89	0,00	0,00	441.361,89
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções	10.681,39	0,00	0,00	0,00	10.681,39	0,00	0,00	10.681,39
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	128.157,33	0,00	0,00	0,00	128.157,33	0,00	0,00	128.157,33
24	Estado e outros entes públicos	34.815,01	0,00	0,00	0,00	34.815,01	0,00	0,00	34.815,01
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	126.132,39	0,00	0,00	0,00	126.132,39	0,00	0,00	126.132,39
		796.783,90	30.665,20	0,00	0,00	827.449,10	0,00	0,00	827.449,10
	Acréscimos e diferimentos								
273	Acréscimos de custos	510.945,80	22.500,00	0,00	0,00	533.445,80	0,00	0,00	533.445,80
274	Proveitos diferidos	12.474.942,63	0,00	0,00	0,00	12.474.942,63	0,00	0,00	12.474.942,63
		12.985.888,43	22.500,00	0,00	0,00	13.008.388,43	0,00	0,00	13.008.388,43
	Total do Passivo	16.394.891,23	53.165,20	0,00	0,00	16.448.056,43	0,00	0,00	16.448.056,43
	Total dos fundos próprios/capitais próprios e do passivo	37.363.451,54	146.454,64	0,00	0,00	37.509.906,18	156.388,19	244.378,79	37.421.915,58

Código de Contas	PROVEITOS	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação					Correções de Consolidação		Grupo Municipal Consolidado
		CMVNB	CDN	RSTJ	Tejo Ambiente	Total	Debito	Credito	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	(5)	(6)	
	Vendas e prestações de serviços:								
7111	Vendas de mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7112+7113	Vendas de produtos	314.642,90	0,00	0,00	0,00	314.642,90	0,00	0,00	314.642,90
712	Prestações de serviços	481.447,39	21.145,20	0,00	0,00	502.592,59	0,00	0,00	502.592,59
72	Impostos e taxas	1.611.477,42	0,00	0,00	0,00	1.611.477,42	0,00	0,00	1.611.477,42
	Variação da produção								
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Transferências e subsídios obtidos	4.563.923,59	0,00	0,00	0,00	4.563.923,59	0,00	0,00	4.563.923,59
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(B) Proveitos e ganhos Operacionais	6.971.491,30	21.145,20	0,00	0,00	6.992.636,50	0,00	0,00	6.992.636,50
78	Proveitos e ganhos financeiros	11.232,20	0,00	0,00	0,00	11.232,20	0,00	0,00	11.232,20
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes	6.982.723,50	21.145,20	0,00	0,00	7.003.868,70	0,00	0,00	7.003.868,70
79	Proveitos e ganhos extraordinários	523.931,31	0,00	0,00	0,00	523.931,31	0,00	0,00	523.931,31
	(F) Proveitos Totais	7.506.654,81	21.145,20	0,00	0,00	7.527.800,01	0,00	0,00	7.527.800,01

Código de Contas	CUSTOS	Balancos das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação					Correções de Consolidação		Grupo Municipal Consolidado
		CMVNB	CDN	RSTJ	Tejo Ambiente	Total	Debito	Credito	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	(5)	(6)	
	<b>Custos e Perdas</b>								
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	55.370,66	0,00	0,00	0,00	55.370,66	0,00	0,00	55.370,66
62	Fornecimentos e serviços externos	2.616.343,51	37.390,77	0,00	0,00	2.653.734,28	0,00	0,00	2.653.734,28
	Custos com o pessoal:								
641+642	Remunerações	2.369.071,79	0,00	0,00	0,00	2.369.071,79	0,00	0,00	2.369.071,79
643 a 648	Encargos sociais	645.063,74	0,00	0,00	0,00	645.063,74	0,00	0,00	645.063,74
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	435.803,55	0,00	0,00	0,00	435.803,55	0,00	0,00	435.803,55
66	Amortizações do exercício	1.152.671,38	0,00	0,00	0,00	1.152.671,38	0,00	0,00	1.152.671,38
67	Provisões do exercício	32.399,52	4.997,29	0,00	0,00	37.396,81	0,00	0,00	37.396,81
65	Outros custos e perdas operacionais	3.344,39	259,66	0,00	0,00	3.604,05	0,00	0,00	3.604,05
	(A) Custos e Perdas Operacionais	7.310.068,54	42.647,72	0,00	0,00	7.352.716,26	0,00	0,00	7.352.716,26
68	Custos e perdas financeiras	58.432,53	0,00	0,00	0,00	58.432,53	0,00	20.028,47	38.404,06
	(C) Custos e Perdas Correntes	7.368.501,07	38.377,06	0,00	0,00	7.294.283,73	0,00	-20.028,47	7.391.120,32
69	Custos e perdas extraordinárias	173.146,69	0,00	0,00	0,00	173.146,69	0,00	252,71	172.893,98
	(E) Custos e Perdas do Exercício	7.541.647,76	38.377,06	0,00	0,00	7.121.137,04	0,00	-20.281,18	7.564.014,30
86	Imposto Sobre Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88		-34.992,95	0,00	0,00	0,00	-34.992,95	0,00	1.221,34	-36.214,29
	<b>Custos Totais</b>	<b>7.506.654,81</b>	<b>38.377,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.156.129,99</b>	<b>0,00</b>	<b>-21.502,52</b>	<b>7.527.800,01</b>

Correções de Consolidação				
Descrição	Contas a Debito	Valores Debito	Contas a Credito	Valores Crédito
Eliminação dos Investimentos Financeiros na conta 41 da CMVNB relativamente à participação no Capital Social do CDN	51. Património	141.480,00	4113. Partes de Capital	141.480,00
	571. Reservas Legais	8.520,00	59. Resultados Transitados	33.878,12
		1.804,27		3.242,84
	4113. Partes de Capital	108,65	266. Obrigacionistas	4.164,47
		53.489,40	553. Outras variações nos capitais próprios	1.134,37
			817. Interesses Minoritários	1.221,34
			682. Perdas em Ent. Participadas	20.281,18
	Total		205.402,32	
Eliminação dos custos e proveitos entre o Grupo Municipal	553. Outras variações nos capitais próprios	14.355,60	59. Resultados Transitados	14.355,60
Total		14.355,60		14.355,60
Eliminação dos movimentos de ajustamento de partes de capital em empresas	59. Resultados Transitados	78.110,27	551. Ajustamentos de transição	78.110,27
Total		78.110,27		78.110,27
Anulação de Ajustamentos Financeiros RSTJ	491. Ajustamentos de investimentos financeiros	252,71	6962. Provisões	252,71
Total		252,71		252,71
Método de Equivalência Patrimonial RSTJ	682. Perdas em Ent. Participadas	252,71	41146. Partes de Capital	252,71
Total		252,71		252,71
Total de Movimentos		298.373,61		298.373,61

Nas correções de consolidação não foram efetuados movimentos em relação ao método de equivalência patrimonial da empresa Tejo Ambiente - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, S.A., EIM devido ao resultado líquido do exercício ser zero.



### 3.2. Discriminação da rubrica “Diferenças de Consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados

O método de consolidação utilizado é o método de consolidação integral e o método de equivalência patrimonial. Estes métodos consistem na integração no Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa da entidade consolidante com os elementos respetivos dos Balanços, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa das entidades consolidadas.

Foi adotado o Método de Consolidação Integral, para a Empresa CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM,SA. pelo fato da entidade-mãe, Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, ter contabilizado na sua conta patrimonial 41- Investimentos Financeiros, o valor da participação dos capital próprios no CDN- Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM,SA.

Procedeu-se à anulação pelo Método de Equivalência Patrimonial da participação do CDN: Anulação dos Ativos por resultados transitados.

Foram anulados os saldos entre a Empresa e o Município, as transferências de fundos e as compras e vendas entre elas.

Para a Empresa RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A, foi anulado a provisão e efetuado o método de equivalência patrimonial pela percentagem correspondente do resultado líquido do exercício que se apresentava negativo.

No que refere a Empresa Tejo Ambiente - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, S.A., EIM não foram efetuados movimentos em relação ao método de equivalência patrimonial devido ao resultado líquido do exercício ser zero.

### 3.3. Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Não existem.

### 3.4. Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado

Não existem.

3.5. Informações que se tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro da consolidação

Não existem.

3.6. Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinam

Não existem.

3.7. Indicação dos casos excepcionais em que se utilizou a homogeneização valorativa, bem como as razões que justificaram a sua utilização

Não existem.

3.8. Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial

Não existem.

#### 4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

4.1. Descrição do Endividamento Consolidado de Médio e Longo Prazo, desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o mapa seguinte:

Código de Contas	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação					Eliminação de créditos / dívidas recíprocas	Grupo Público Consolidado
	CMVNB	CDN	RSTJ	Tejo Ambiente	Total		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	(6)	(7)=(5)+(6)
2312- Empréstimos Obtidos MLP	2.236.064,77	0,00	0,00	0,00	2.236.064,77	0,00	2.236.064,77
Total	2.236.064,77	0,00	0,00	0,00	2.236.064,77	0,00	2.236.064,77

4.2. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no Balanço Consolidado e que se vencem nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica do Balanço Consolidado

	Entidade Bancária	Designação	Capital Utilizado	Capital em Dívida em 31/12/2019
CMVNB	Caixa Geral de Depósitos	Financiamento de investimentos diversos	748.196,85	0,00
	Banco BPI, SA	Aquisição de terrenos	374.098,42	18.267,07
	Banco BPI, SA	Acessos ao castelo de Almourol	122.544,54	69.576,44
	Banco BPI, SA	Reabilitação de arruamentos zona antiga moita norte	250.000,00	102.129,22
	Banco BPI, SA	Transformação em arruamento da em 540	264.663,26	51.462,25
	Caixa Geral de Depósitos	Piscina exterior de 25 metros	491.163,00	37.911,00
	Caixa Geral de Depósitos	Requalificação EN 358-1 praia ribatejo	350.000,00	23.828,07
	Banco BPI, SA	Rampas e Cais da Frente Marginal	105.000,00	20.314,28
	Banco BPI, SA	Centro Náutico Vila Nova Barquinha	205.000,00	43.415,21
	Caixa Geral de Depósitos	Edifício paços do concelho - serviços camarários	200.000,00	0,00
	Banco Espírito Santo, SA	Parque Urbano de Vila Nova da Barquinha - 2ª Fase	200.000,00	55.569,44
	Banco Comercial Português, SA	Financiamento de diversos projetos	450.000,00	72.115,97
	Banco BPI, SA	Aquisição de Terrenos	125.000,00	28.110,24
	Caixa Geral de Depósitos	Reabilitação de estradas e arruamentos do concelho	400.000,00	132.885,79
	Banco BPI, SA	Centro escolar de vila nova da barquinha	897.249,00	141.204,02
	Banco BPI, SA	Centro Escolar de Vila Nova da Barquinha	402.751,00	559.057,36
	Banco BPI, SA	Pré-Primária de Moita do Norte	85.000,00	250.956,23
	Banco BPI, SA	Arrelvamento do campo de futebol de atalaia	175.000,00	76.389,13
	Banco BPI, SA	Reabilitação da Ex Estrada EN3	250.000,00	51.900,78
	IHRU	Aqu de 7 habitações - frações autónomas n, o, p, q, r, s, u	104.065,00	68.622,69
	DGTF	PAEL	731.491,04	369.682,92
	ADC, I.P.	Empréstimo BEI - Ninho de Empresas	62.666,66	62.666,66
			6.993.888,77	2.236.064,77
CDN	-----	-----	0,00	0,00
RSTJ	-----	-----	0,00	0,00
Tejo Ambiente	-----	-----	0,00	0,00
		Total	6.993.888,77	2.236.064,77

5. INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS FINANCEIROS E FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

5.1. Descrição dos Saldos e dos Fluxos Financeiros, desagregada por tipo:

Tipo de Fluxos	Município Vila Nova da Barquinha / CDN / RSTJ / Tejo Ambiente		
	Obrigações / Pagamentos	Direitos / Recebimentos	Saldo Final
Operações de Capital	2.409.650,78	1.598.419,68	-811.231,10
Operações Correntes	5.949.378,85	6.604.932,82	655.553,97
Operações de Tesouraria	537.834,79	565.351,26	27.516,47
Caixa no início do período			344.867,40
Variação de Caixa			-128.160,66
Caixa no fim do período			216.706,74

## 5.2. Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado

Designação	Fluxos iniciais	Operações internas	Fluxos Consolid.
<b>Saldo Inicial</b>	344.867,44	0,00	344.867,44
Execução Orçamental	232.081,01	0,00	232.081,01
Operações de Tesouraria	112.786,43	0,00	112.786,43
<b>Operações de Capital</b>			
<i>Receitas de Capital</i>			
Venda Bens de Investimento	52.257,10	0,00	52.257,10
TRF de Capital	1.233.495,92	0,00	1.233.495,92
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiro	62.666,66	0,00	
Outros	250.000,00	0,00	250.000,00
<b>Total Receitas Capital</b>	<b>1.598.419,68</b>	<b>0,00</b>	<b>1.598.419,68</b>
<i>Despesas Capital</i>			
Aquisições de Bens de Capital	1.583.701,31	0,00	1.583.701,31
TRF Capital	91.178,95	0,00	91.178,95
Passivos Financeiros	663.758,52	0,00	663.758,52
Outros	71.012,00	0,00	71.012,00
<b>Total Despesas Capital</b>	<b>2.409.650,78</b>	<b>0,00</b>	<b>2.409.650,78</b>
<b>Fluxo de Operações de Capital</b>	<b>-811.231,10</b>	<b>0,00</b>	<b>-811.231,10</b>
<b>Operações Correntes</b>			
<i>Receitas Correntes</i>			
Impostos	899.298,82	0,00	899.298,82
Taxas, Multas e Out. Penalidades	644.675,46	0,00	644.675,46
Rendimentos de Propriedade	11.052,00	0,00	11.052,00
Vendas de Bens e Prestações de Serviços	848.677,01	0,00	848.677,01
TRF Correntes	4.124.620,77	0,00	4.124.620,77
Empréstimos C/P	0,00	0,00	0,00
Outros	76.608,76	0,00	76.608,76
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>6.604.932,82</b>	<b>0,00</b>	<b>6.604.932,82</b>
<i>Despesas Correntes</i>			
Despesas c/ Pessoal	3.067.508,52	0,00	3.067.508,52
Aquisição de Bens e Serviços	2.354.416,03	0,00	2.354.416,03
Custo Mat. Cons. Merc. Venda	0,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	39.130,03	0,00	39.130,03
TRF Correntes e Subsídios atribuídos	94.923,13	0,00	94.923,13
Outros	393.401,14	0,00	393.401,14
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>5.949.378,85</b>	<b>0,00</b>	<b>5.949.378,85</b>
<b>Fluxo de Operações Correntes</b>	<b>655.553,97</b>	<b>0,00</b>	<b>655.553,97</b>
<b>Operações de Tesouraria</b>			
Recebimentos	565.351,26	0,00	565.351,26
Pagamentos	537.834,79	0,00	537.834,79
<b>Fluxo de Operações Tesouraria</b>	<b>27.516,47</b>	<b>0,00</b>	<b>27.516,47</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>216.706,78</b>	<b>0,00</b>	<b>216.706,78</b>
Execução Orçamental	76.403,88	0,00	76.403,88
Operações de Tesouraria	140.302,90	0,00	140.302,90
<b>Fluxo total do Período</b>	<b>-128.160,66</b>	<b>0,00</b>	<b>-128.160,66</b>

## 6. INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

6.1. O montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado, para que seja possível analisar a situação financeira do conjunto das entidades compreendidas na consolidação, incluindo, as entidades que adotem o POCAL, sendo esta informação discriminada, por agrupamento da despesa e dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 (zero) relativas aos compromissos de exercícios futuros

Não existem.

6.2. Descrição das responsabilidades das entidades publicas incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante

Não existem.

## 7. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLITICAS CONTABILISTICAS

7.1. Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações de financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações, ajustamentos e provisões

O mapa dos critérios valorimétricos utilizados pelo Grupo Municipal, encontram-se vertidos no quadro seguinte.

Rubricas	Critérios valorimétricos utilizados pela CMVNB	Critérios valorimétricos utilizados pelo CDN / RSTJ / Tejo Ambiente
<i>Imobilizado Incorpóreo</i>	O imobilizado incorpóreo adquirido no exercício de 2019 foi valorizado ao custo de aquisição.	O imobilizado incorpóreo adquirido no exercício de 2019 foi valorizado ao custo de aquisição.
<i>Imobilizado corpóreo / Bens de Domínio Público</i>	O imobilizado corpóreo adquirido no exercício de 2019 foi valorizado ao custo de aquisição, ou no caso das grandes reparações e beneficiações pelo seu custo real.	O imobilizado corpóreo adquirido no exercício de 2019 foi valorizado ao custo de aquisição, ou no caso das grandes reparações e beneficiações pelo seu custo real.

Rubricas	Critérios valorimétricos utilizados pela CMVNB	Critérios valorimétricos utilizados pelo CDN / RSTJ / Tejo Ambiente
<i>Investimentos Financeiros</i>	As participações financeiras nas empresas CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA, a Empresa RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A e a Empresa Tejo Ambiente - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, S.A., EIM estão valorizadas pelo método da equivalência patrimonial. As restantes participações estão valorizadas ao custo histórico.	
<i>Imobilizado em curso</i>	O imobilizado corpóreo, o imobilizado incorpóreo e os bens de domínio público em curso constantes do balanço de 2019 foram valorizados ao custo de aquisição e são transferidas para imobilizado no momento da sua receção provisória.	
<i>Existências</i>	As existências adquiridas no exercício de 2019 foram valorizadas ao custo de aquisição. As saídas de armazém foram valorizadas ao custo médio ponderado.	As existências adquiridas no exercício de 2019 foram valorizadas ao custo de aquisição. As saídas de armazém foram valorizadas ao custo médio ponderado.
<i>Dividas de e a terceiros</i>	As dívidas de e a terceiros foram contabilizadas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.	
<i>Disponibilidades</i>	As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.	
<i>Amortizações</i>	As amortizações dos bens móveis, das viaturas e dos bens imóveis seguiram o método das quotas constantes	As amortizações dos bens móveis, das viaturas e dos bens imóveis seguiram o método das quotas constantes
<i>Provisões</i>	Depois de analisada a antiguidade de saldos existente nas contas de terceiros (Conta 21- Clientes, contribuintes e utentes) com referência à data de 31/12/2019, foram efetuados os necessários ajustes às provisões para cobrança duvidosa, nos termos do ponto 2.7.1 do POAL, para as entidades abrangidas por este plano de contas.	
<i>Custos e proveitos</i>	Foi seguido o princípio da especialização de exercícios, isto é, os custos e proveitos foram reconhecidos no exercício em análise, independentemente do seu pagamento ou recebimento.	

7.2. Cotações que tenham sido utilizados para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas

Não existem.



## 8. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

### 8.1. Comentário às Rubricas de Imobilizações Incorpóreas, nomeadamente as Despesas de Investigação e Desenvolvimento”

Não existem.

### 8.2. Movimentos ocorridos nas Rubricas do Ativo Imobilizado constantes do Balanço e nas respetivas Amortizações, Ajustamentos e Provisões

Código de Contas	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
	<b>Imobilizado</b>						
	<b>Bens de domínio público</b>						
451	Terrenos e recursos naturais	188.204,37	0,00	0,00	0,00	0,00	188.204,37
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infraestruturas	12.224.081,30	0,00	0,00	0,00	33.919,40	12.258.000,70
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	182.079,05	-1.911,77	0,00	0,00	-180.167,28	0,00
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>12.594.364,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.446.205,07</b>
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>						
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Imobilizações Corpóreas</b>						
421	Terrenos e recursos naturais	7.457.753,10	1.267,42	4.178,58	54.500,00	1.961,00	7.410.660,10
422	Edifícios e outras construções	21.243.985,90	-81.957,48	103.641,22	0,00	4.073.408,15	25.339.077,79
423	Equipamento básico	1.145.975,82	-81.351,69	87.929,72	0,00	0,00	1.152.553,85
424	Equipamento de transporte	879.399,25	-4.639,04	121.901,45	0,00	0,00	996.661,66
425	Ferramentas e utensílios	58.517,72	-927,50	5.529,57	0,00	940,74	64.060,53
426	Equipamento administrativo	583.198,04	-6.238,29	6.238,29	0,00	0,00	583.198,04
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	46.001,51	0,00	0,00	0,00	0,00	46.001,51
442	Imobilizações em curso	3.249.038,20	-23.218,09	1.160.330,30	0,00	-3.930.062,01	456.088,40
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>34.663.869,54</b>	<b>-197.064,67</b>	<b>1.489.749,13</b>	<b>54.500,00</b>	<b>146.247,88</b>	<b>36.048.301,88</b>
	<b>Investimentos Financeiros</b>						
411	Partes de capital	48.495,00	0,00	50.779,00	0,00	0,00	99.274,00
412	Obrigações e títulos de participação	182.097,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.097,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>230.592,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.779,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>281.371,00</b>

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	12.317.475,71	1.695.671,38	543.000,00	13.517.359,80
48.1	De investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2	Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2.1	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2.2	Outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2	De imobilizações corpóreas	6.455.404,53	1.111.526,39	543.000,00	7.023.930,92
48.2.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.2.1	Edifícios	2.274.055,15	351.995,06	0,00	2.626.050,21
48.2.2.2	Outras construções	1.868.744,96	102.527,45	0,00	1.971.272,41
48.2.3	Equipamento básico	1.038.803,94	45.531,80	0,00	1.084.335,74
48.2.4	Equipamento de transporte	683.961,20	45.135,13	0,00	729.096,33
48.2.5	Ferramentas e utensílios	32.473,85	4.826,11	0,00	37.299,96
48.2.6	Equipamento administrativo	524.581,62	18.285,80	0,00	542.867,42
48.2.7	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	32.783,81	543.225,04	543.000,00	33.008,85
48.3	De imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.1	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5	De bens de domínio publico	5.862.071,18	584.144,99	0,00	6.446.216,17
48.5.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.2	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	5.862.071,18	584.144,99	0,00	6.446.216,17
48.5.5	Bens de património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.9	Outros bens de domínio publico	0,00	0,00	0,00	0,00
49	De Investimentos Financeiros	46.960,00	252,71	0,00	47.212,71
49.1	Partes de capital	46.960,00	252,71	0,00	47.212,71
49.2	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
49.5	Outras aplicações financeiras:	0,00	0,00	0,00	0,00
49.5.1	Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
49.5.2	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
49.5.3	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00

8.3. Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período

Não existem.

8.4. Montante dos ajustamentos de valor dos Ativos compreendidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justifiquem



Não existem.

8.5. Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de ativo circulante, calculados de acordo com os critérios de valorimetria adotados e os respectivos preços de mercado

Não existem.

8.6. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo de mercado

Não existem.

8.7. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor

Não existem.

8.8. Montante Total das Dividas a Terceiros apresentadas no Balanço Consolidado cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão

Não existem.

8.9. Diferença, quando levada ao Ativo, entre as importâncias das dividas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável

Não existem.

#### 8.10. Repartição do Valor Líquido das Vendas e das Prestações de Serviços, por categoria de Atividades

O mapa de repartição do valor líquido consolidado das vendas e prestações de serviços, encontra-se no quadro infra.

Código/Designação de Contas	Balanços das entidades abrangidas pelo perímetro consolidação					Correções de Consolidação		Grupo Municipal Consolidado
	CMVNB	CDN	RSTJ	Tejo Ambiente	Total	Debito	Credito	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	(5)	(6)	
<b>Venda de Bens e Mercadorias</b>	<b>314.642,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>314.642,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>314.642,90</b>
Livros e documentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Água	314.642,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>481.447,39</b>	<b>21.145,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>502.592,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>502.592,59</b>
Alimentação	49.889,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prolongamento de horário	9.583,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATL	6.627,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços desportivos	168.615,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Construção/Alteração ramal água	3.020,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Limpeza de fossa	840,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cemitérios	2.327,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	20.344,62	21.145,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	11.714,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessões explorações	208.483,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>796.090,29</b>	<b>21.145,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>817.235,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>817.235,49</b>

8.11. Efeitos na determinação do Resultado Consolidado do Exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos no POCAL e de amortizações e provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influencia materialmente relevante nos impostos futuros das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Não existem.

## 8.12. Acontecimentos subsequentes

Portugal está, como a restante população mundial, a atravessar um estado de pandemia global provocado pelo Covid-19 (Coronavírus).

Além do custo humano que esta pandemia já provocou e que provavelmente ainda continuará a ocorrer, existem também inúmeras situações às quais será necessário intervir, quer para o reativar do funcionamento da economia, onde se inclui as ajudas à manutenção de postos de trabalho e de empresas, quer em auxílio de diversas situações sociais decorrentes do abrandamento da economia mundial, como seja desemprego, pobreza ou a falta de recursos para subsistência.

Os custos para todas as entidades públicas, onde se inclui o Grupo Municipal de Vila Nova da Barquinha, ainda que difíceis de estimar perspectivam-se elevados, sem contudo colocar em causa a continuidade da entidade.

# B - Participações em entidades societárias

Ano: 2019

Entidade participada (da participada)	N.I.P.C	CAE	Em N	Contribuição	
				Forma de Realização	
				Meios monetários	Em espécie
(1)	(2)	(4)	(6)	(7)	(8)
ADIRN - Associacao Desenvolvimento Integrado Ribatejo Norte	502690267	91333		5.000,00	0,00
Agencia Regional de Energia e Ambiente do Medio Tejo e Pinhal Interior Sul	508993628	94995		1.280,00	0,00
AMEGA-Associacao Municipios para Estudos e Gestao de Agua	972987517	94995		0,00	0,00
Associacao Nacional Municipios Portugueses	501627413	91333		4.359,24	0,00
CIMT - Comunidade Intermunicipal do Medio Tejo	502106506	84130		2.959,01	0,00
RESITEJO - Associacao Gestao e Tratamento Lixos Medio Tejo	973767588	38212		0,00	0,00
TAGUS-Associacao Desenvolvimento Integrado Ribatejo Interior	503265276	94995		300,00	0,00

## ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

## ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

# B - Participações em entidades societárias

Ano: 2019

Entidade participada (da participada)	N.I.P.C	CAE	Em N	Contribuição	
				Forma de Realização	
				Meios monetários	Em espécie
(1)	(2)	(4)	(6)	(7)	(8)
ADIRN - Associacao Desenvolvimento Integrado Ribatejo Norte	502690267	91333		5.000,00	0,00
Agencia Regional de Energia e Ambiente do Medio Tejo e Pinhal Interior Sul	508993628	94995		1.280,00	0,00
AMEGA-Associacao Municipios para Estudos e Gestao de Agua	972987517	94995		0,00	0,00
Associacao Nacional Municipios Portugueses	501627413	91333		4.359,24	0,00
CIMT - Comunidade Intermunicipal do Medio Tejo	502106506	84130		2.959,01	0,00
RESITEJO - Associacao Gestao e Tratamento Lixos Medio Tejo	973767588	38212		0,00	0,00
TAGUS-Associacao Desenvolvimento Integrado Ribatejo Interior	503265276	94995		300,00	0,00

## ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

## ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

## Mapa de Empréstimos Consolidados

Ano: 2019

	Entidade Bancária	Designação	Capital Utilizado	Capital em Dívida em 31/12/2019
CMVNB	Caixa Geral de Depósitos	Financiamento de investimentos diversos	748.196,85	0,00
	Banco BPI, SA	Aquisição de terrenos	374.098,42	18.267,07
	Banco BPI, SA	Acessos ao castelo de Almourol	122.544,54	69.576,44
	Banco BPI, SA	Reabilitação de arruamentos zona antiga moita norte	250.000,00	102.129,22
	Banco BPI, SA	Transformação em arruamento da em 540	264.663,26	51.462,25
	Caixa Geral de Depósitos	Piscina exterior de 25 metros	491.163,00	37.911,00
	Caixa Geral de Depósitos	Requalificação EN 358-1 praia ribatejo	350.000,00	23.828,07
	Banco BPI, SA	Rampas e Cais da Frente Marginal	105.000,00	20.314,28
	Banco BPI, SA	Centro Náutico Vila Nova Barquinha	205.000,00	43.415,21
	Caixa Geral de Depósitos	Edifício paços do concelho - serviços camarários	200.000,00	0,00
	Banco Espírito Santo, SA	Parque Urbano de Vila Nova da Barquinha - 2ª Fase	200.000,00	55.569,44
	Banco Comercial Português, SA	Financiamento de diversos projetos	450.000,00	72.115,97
	Banco BPI, SA	Aquisição de Terrenos	125.000,00	28.110,24
	Caixa Geral de Depósitos	Reabilitação de estradas e arruamentos do concelho	400.000,00	132.885,79
	Banco BPI, SA	Centro escolar de vila nova da barquinha	897.249,00	141.204,02
	Banco BPI, SA	Centro Escolar de Vila Nova da Barquinha	402.751,00	559.057,36
	Banco BPI, SA	Pré-Primária de Moita do Norte	85.000,00	250.956,23
	Banco BPI, SA	Arrelvamento do campo de futebol de atalaia	175.000,00	76.389,13
	Banco BPI, SA	Reabilitação da Ex Estrada EN3	250.000,00	51.900,78
	Instituto Habitação e Reabilitação Urbana	Aquisição de 7 habitações - frações autónomas n, o, p, q, r, s, u	104.065,00	68.622,69
	Direção Geral do Tesouro e Finanças	PAEL	731.491,04	369.682,92
	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.º	Empréstimo BEI - Ninho de Empresas	62.666,66	62.666,66
			6.993.888,77	2.236.064,77
CDN	-----	-----	0,00	0,00
Total			6.993.888,77	2.236.064,77

ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

**Município de Vila Nova da Barquinha**

BALANÇO		Ano 2019		Ano 2018	
Código das Contas POCAL	ATIVO	Valor	%	Valor	%
	<b>Imobilizado</b>				
	<b>Bens de domínio público</b>				
451	Terrenos e recursos naturais	188.204,37	0,50%	188.204,37	0,51%
452	Edifícios	0,00	0,00%	0,00	0,00%
453	Outras construções e infra-estruturas	12.258.000,70	32,76%	12.224.081,30	32,81%
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00%	0,00	0,00%
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00%	0,00	0,00%
445	Imobilizações em curso	0,00	0,00%	182.079,05	0,49%
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00%	0,00	0,00%
485	Reintegração acumulada de bens do domínio publico	-6.446.216,17	-17,23%	-5.862.071,18	-15,73%
		5.999.988,90	16,03%	6.732.293,54	18,07%
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00%	0,00	0,00%
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00%	0,00	0,00%
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
483	Reintegração acumulada de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
		0,00	0,00%	0,00	0,00%
	<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	7.410.660,10	19,80%	7.457.753,10	20,01%
422	Edifícios e outras construções	25.339.077,79	67,71%	21.243.985,90	57,01%
423	Equipamento básico	1.152.553,85	3,08%	1.145.975,82	3,08%
424	Equipamento de transporte	996.661,66	2,66%	879.399,25	2,36%
425	Ferramentas e utensílios	64.060,53	0,17%	58.517,72	0,16%
426	Equipamento administrativo	583.198,04	1,56%	583.198,04	1,57%
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00%	0,00	0,00%
429	Outras imobilizações corpóreas	46.001,51	0,12%	46.001,51	0,12%
442	Imobilizações em curso	456.088,40	1,22%	3.249.038,20	8,72%
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
482	Reintegração acumulada de imobilizações corpóreas	-7.023.930,92	-18,77%	-6.455.404,53	-17,32%
		29.024.370,96	77,56%	28.208.465,01	75,70%
	<b>Investimentos Financeiros</b>				
411	Partes de capital	99.274,00	0,27%	48.495,00	0,13%
412	Obrigações e títulos de participação	182.097,00	0,49%	182.097,00	0,49%
414	Investimentos em imóveis		0,00%		0,00%
415	Outras aplicações financeiras		0,00%		0,00%
441	Imobilizações em curso		0,00%		0,00%
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		0,00%		0,00%
49	Ajustamentos de investimentos financeiros	-47.212,71	-0,13%	-46.960,00	-0,13%
		234.158,29	0,63%	183.632,00	0,49%

**Município de Vila Nova da Barquinha**

<b>BALANÇO</b>		<b>Ano 2019</b>		<b>Ano 2018</b>	
<b>Código das Contas POCAL</b>	<b>ATIVO</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Circulante</b>					
<b>Existências</b>					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	79.608,32	0,21%	80.602,41	0,22%
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00%	0,00	0,00%
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
33	Produto acabados e intermédios	0,00	0,00%	0,00	0,00%
32	Mercadorias	0,00	0,00%	0,00	0,00%
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00%	0,00	0,00%
39	Ajustamentos de existências	0,00	0,00%	0,00	0,00%
		79.608,32	0,21%	80.602,41	0,22%
<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>					
<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>					
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
211	Clientes, c/c	367.592,42	0,98%	310.064,60	0,83%
212	Contribuintes, c/c	96.191,28	0,26%	88.249,82	0,24%
213	Utentes, c/c	0,00	0,00%	0,00	0,00%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	104.553,75	0,28%	85.359,99	0,23%
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00%	0,00	0,00%
24	Estado e outros entes públicos	46.132,40	0,12%	46.139,98	0,12%
264	Administração autárquica	413,99	0,00%	413,99	0,00%
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	198.391,40	0,53%	176.746,82	0,47%
291	Provisões cobranças duvidosas	-141.735,45	-0,38%	-118.245,80	-0,32%
		671.539,79	1,79%	588.729,40	1,58%
<b>Titulos negociáveis</b>					
151	Ações	0,00	0,00%	0,00	0,00%
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00%	0,00	0,00%
153	Titulos de dívida pública	0,00	0,00%	0,00	0,00%
159	Outros títulos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00%	0,00	0,00%
19	Ajustamentos de aplicações de tesouraria	0,00	0,00%	0,00	0,00%
		0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>					
12	Depósitos em instituições financeiras	211.990,04	0,57%	341.587,75	0,92%
11	Caixa	4.716,74	0,01%	3.279,69	0,01%
		216.706,78	0,58%	344.867,44	0,93%
<b>Acréscimos e diferimentos</b>					
271	Acréscimos de proveitos	1.183.736,40	3,16%	1.102.035,18	2,96%
272	Custos diferidos	11.806,14	0,03%	22.060,95	0,06%
		1.195.542,54	3,19%	1.124.096,13	3,02%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>37.421.915,58</b>	<b>100,00%</b>	<b>37.262.685,93</b>	<b>100,00%</b>



**Município de Vila Nova da Barquinha**

<b>BALANÇO</b>		<b>Ano 2019</b>		<b>Ano 2018</b>	
<b>Código das Contas POCAL</b>	<b>FUNDOS PROPRIOS E PASSIVO</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
	<b>Fundos próprios</b>				
51	<b>Património</b>	12.605.308,64	33,68%	12.605.308,64	33,83%
55	<b>Ajustamento de partes de capital em empresas</b>	-14.769,72	-0,04%	-14.769,72	-0,04%
56	<b>Reservas de reavaliação</b>	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	<b>Reservas</b>				
571	Reservas legais	206.025,48	0,55%	206.025,48	0,55%
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00%	0,00	0,00%
573	Reservas contratuais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
574	Reservas livres	0,00	0,00%	0,00	0,00%
575	Subsídios	1.430.539,69	3,82%	1.303.949,95	3,50%
576	Doações	0,00	0,00%	0,00	0,00%
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
59	<b>Resultado transitados</b>	6.777.583,54	18,11%	6.944.012,60	18,64%
88	<b>Resultado líquido do exercício</b>	-36.214,29	-0,10%	-116.708,41	-0,31%
266	Obrigacionistas	4.164,47	0,01%	5.385,81	0,01%
817	Interesses minoritários	1.221,34	0,00%	-30,28	0,00%
		20.973.859,15	56,05%	20.933.174,07	56,18%
	<b>Passivo</b>				
292	<b>Provisões para riscos e encargos</b>	376.154,13	1,01%	401.314,00	1,08%
		376.154,13	1,01%	401.314,00	1,08%
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)				
2312	<b>Dívidas a instituições de crédito</b>	2.236.064,77	5,98%	2.587.156,63	6,94%
		2.236.064,77	5,98%	2.587.156,63	6,94%
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>				
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
221	Fornecedores, c/c	86.301,09	0,23%	145.959,12	0,39%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	441.361,89	1,18%	232.815,21	0,62%
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%
217	Clientes e utentes c/ cauções	10.681,39	0,03%	10.681,39	0,03%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	128.157,33	0,34%	235.531,93	0,63%
24	Estado e outros entes públicos	34.815,01	0,09%	95.259,22	0,26%
264	Administração autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	126.132,39	0,34%	125.423,76	0,34%
		827.449,10	2,21%	845.670,63	2,27%

**Município de Vila Nova da Barquinha**

**BALANÇO**

Código das  
Contas  
POCAL

**FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO**

**Ano 2019**

**Ano 2018**

Valor

%

Valor

%

**Acréscimos e diferimentos**

273	Acréscimos de custos	533.445,80	1,43%	506.738,43	1,36%
274	Proveitos diferidos	12.474.942,63	33,34%	11.988.632,17	32,17%
		<u>13.008.388,43</u>	<u>34,76%</u>	<u>12.495.370,60</u>	<u>33,53%</u>

**Total dos fundos próprios e do passivo**    37.421.915,58    100,00%    37.262.685,93    100,00%

**ORGÃO EXECUTIVO**

Em ..... de ..... de .....

.....

**ORGÃO DELIBERATIVO**

Em ..... de ..... de .....

.....

## Anexo 1 - Mapa das participações da entidade

Ano: 2019

### A - Participações em entidades societárias

Designação da Entidade	N.I.P.C	Sede Social	Proporção do Capital Detido			
			Capital	%	Valor nominal realizado	Motivos da Inclusão
Município de Vila Nova da Barquinha	506899250	Praca da Republica 2260-11 Vila Nova da Barquinha				Entidade-mãe obrigada a consolidação de contas, nos termos do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha EM, SA	508190460	Praca da Republica 2260-11 Vila Nova da Barquinha	150.000,00	94,32%	141.480,00	Municípios que, detenham empresas do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, nos termos do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.	515332607	Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão, 2140-671 Carregueira	50.000,00	10,00%	5.000,00	Municípios que, detenham empresas do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, nos termos do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, S.A., EIM	515545236	Edificio Paço do Conde, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 2490-548 Ourém	600.000,00	7,60%	45.600,00	Municípios que, detenham empresas do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, nos termos do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

#### ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

#### ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

## Município de Vila Nova da Barquinha

Ano: 2019

## Amortizações e Provisões

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>48</b>	<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>12.317.475,71</b>	<b>1.695.671,38</b>	<b>543.000,00</b>	<b>13.517.359,80</b>
<b>48.1</b>	<b>De investimentos em imóveis</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
48.1.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2	Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2.1	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2.2	Outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>48.2</b>	<b>De imobilizações corpóreas</b>	<b>6.455.404,53</b>	<b>1.111.526,39</b>	<b>543.000,00</b>	<b>7.023.930,92</b>
48.2.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.2.1	Edifícios	2.274.055,15	351.995,06	0,00	2.626.050,21
48.2.2.2	Outras construções	1.868.744,96	102.527,45	0,00	1.971.272,41
48.2.3	Equipamento básico	1.038.803,94	45.531,80	0,00	1.084.335,74
48.2.4	Equipamento de transporte	683.961,20	45.135,13	0,00	729.096,33
48.2.5	Ferramentas e utensílios	32.473,85	4.826,11	0,00	37.299,96
48.2.6	Equipamento administrativo	524.581,62	18.285,80	0,00	542.867,42
48.2.7	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	32.783,81	543.225,04	543.000,00	33.008,85
<b>48.3</b>	<b>De imobilizações incorpóreas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
48.3.1	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>48.5</b>	<b>De bens de domínio publico</b>	<b>5.862.071,18</b>	<b>584.144,99</b>	<b>0,00</b>	<b>6.446.216,17</b>
48.5.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.2	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	5.862.071,18	584.144,99	0,00	6.446.216,17
48.5.5	Bens de património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.9	Outros bens de domínio publico	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>49</b>	<b>De Investimentos Financeiros</b>	<b>46.960,00</b>	<b>252,71</b>	<b>0,00</b>	<b>47.212,71</b>
<b>49.1</b>	<b>Partes de capital</b>	<b>46.960,00</b>	<b>252,71</b>	<b>0,00</b>	<b>47.212,71</b>
<b>49.2</b>	<b>Obrigações e títulos de participação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>49.5</b>	<b>Outras aplicações financeiras:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
49.5.1	Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
49.5.2	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
49.5.3	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

# Município de Vila Nova da Barquinha

## FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Ano: 2019

Designação	Fluxos Iniciais	Operações internas	Fluxos Consolid.
<b>Saldo Inicial</b>	344.867,44	0,00	344.867,44
Execução Orçamental	232.081,01	0,00	232.081,01
Operações de Tesouraria	112.786,43	0,00	112.786,43
<b>Operações de Capital</b>			
<i>Receitas de Capital</i>			
Venda Bens de Investimento	52.257,10	0,00	52.257,10
TRF de Capital	1.233.495,92	0,00	1.233.495,92
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiro	62.666,66	0,00	
Outros	250.000,00	0,00	250.000,00
<b>Total Receitas Capital</b>	<b>1.598.419,68</b>	<b>0,00</b>	<b>1.598.419,68</b>
<i>Despesas Capital</i>			
Aquisições de Bens de Capital	1.583.701,31	0,00	1.583.701,31
TRF Capital	91.178,95	0,00	91.178,95
Passivos Financeiros	663.758,52	0,00	663.758,52
Outros	71.012,00	0,00	71.012,00
<b>Total Despesas Capital</b>	<b>2.409.650,78</b>	<b>0,00</b>	<b>2.409.650,78</b>
<b>Fluxo de Operações de Capital</b>	<b>-811.231,10</b>	<b>0,00</b>	<b>-811.231,10</b>
<b>Operações Correntes</b>			
<i>Receitas Correntes</i>			
Impostos	899.298,82	0,00	899.298,82
Taxas, Multas e Out. Penalidades	644.675,46	0,00	644.675,46
Rendimentos de Propriedade	11.052,00	0,00	11.052,00
Vendas de Bens e Prestações de Serviços	848.677,01	0,00	848.677,01
TRF Correntes	4.124.620,77	0,00	4.124.620,77
Empréstimos C/P	0,00	0,00	0,00
Outros	76.608,76	0,00	76.608,76
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>6.604.932,82</b>	<b>0,00</b>	<b>6.604.932,82</b>
<i>Despesas Correntes</i>			
Despesas c/ Pessoal	3.067.508,52	0,00	3.067.508,52
Aquisição de Bens e Serviços	2.354.416,03	0,00	2.354.416,03
Custo Mat. Cons. Merc. Venda	0,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	39.130,03	0,00	39.130,03
TRF Correntes e Subsídios atribuídos	94.923,13	0,00	94.923,13
Outros	393.401,14	0,00	393.401,14
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>5.949.378,85</b>	<b>0,00</b>	<b>5.949.378,85</b>
<b>Fluxo de Operações Correntes</b>	<b>655.553,97</b>	<b>0,00</b>	<b>655.553,97</b>
<b>Operações de Tesouraria</b>			
Recebimentos	565.351,26	0,00	565.351,26
Pagamentos	537.834,79	0,00	537.834,79
<b>Fluxo de Operações Tesouraria</b>	<b>27.516,47</b>	<b>0,00</b>	<b>27.516,47</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>216.706,78</b>	<b>0,00</b>	<b>216.706,78</b>
Execução Orçamental	76.403,88	0,00	76.403,88
Operações de Tesouraria	140.302,90	0,00	140.302,90
<b>Fluxo total do Período</b>	<b>-128.160,66</b>	<b>0,00</b>	<b>-128.160,66</b>

ORGÃO EXECUTIVO

ORGÃO DELIBERATIVO

Em .... de ..... de .....

Em .... de ..... de .....

**Município de Vila Nova da Barquinha**  
**Demonstração de Resultados Extraordinários**

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
691	Transferências de capital concedidas	38.340,86	85.000,00	791	Juros obtidos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	30.175,00	-24.605,00	794	Rendimentos de participações de capital	27.932,10	0,00
695	Multas e Penalidades	0,00	115,45	795	Diferenças de câmbio favoráveis	6.714,95	6.270,86
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Descontos de pronto pagamento obtidos	25.159,87	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	104.288,78	222.438,86	797	Correções relativas a exercícios anteriores	102.558,64	203.754,59
698	Outros custos e perdas extraordinárias	89,34	344,09	798	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	361.565,75	284.326,86
699	Restituições do Exercício	0,00	0,00				
	Resultados extraordinários	351.037,33	211.058,91				
		523.931,31	494.352,31			523.931,31	494.352,31

ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

## **Declaração de responsabilidade**

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2019 do Município de Vila Nova da Barquinha declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores:

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:



## Município de Vila Nova da Barquinha

## Demonstração de Resultados

## Ano 2019

## Ano 2018

Demonstração de Resultados		Ano 2019			Ano 2018		
Código das Contas POCAL		Valor		%	Valor		%
<b>Custos e Perdas</b>							
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:						
612	Mercadorias	0,00		0,00%	0,00		0,00%
616	Matérias	55.370,66	55.370,66	0,74%	59.234,74	59.234,74	0,80%
62	Fornecimentos e serviços externos	2.653.734,28		35,25%	2.488.993,23		33,66%
Custos com o pessoal:							
641+642	Remunerações	2.369.071,79		31,47%	2.312.785,01		31,28%
643 a 648	Encargos sociais	645.063,74	5.667.869,81	8,57%	626.751,02	5.428.529,26	8,48%
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	435.803,55	435.803,55	5,79%	470.206,89	470.206,89	6,36%
66	Amortizações do exercício	1.152.671,38		15,31%	1.085.697,43		14,68%
67	Provisões do exercício	37.396,81	1.190.068,19	0,50%	139.911,27	1.225.608,70	1,89%
65	Outros custos e perdas operacionais	3.604,05	3.604,05	0,05%	563,53	563,53	0,01%
	(A) .....		7.352.716,26	97,67%		7.184.143,12	97,17%
68	Custos e perdas financeiras	38.404,06	38.404,06	0,51%	42.724,89	42.724,89	0,58%
	(C) .....		7.391.120,32	98,18%		7.226.868,01	97,74%
69	Custos e perdas extraordinárias	172.893,98	172.893,98	2,30%	283.293,40	283.293,40	3,83%
	(E) .....		7.564.014,30	100,48%		7.510.161,41	101,57%
Resultados Antes de Impostos			-36.214,29			-116.432,93	
86	Imposto S/ Rendimento		0,00			275,48	
88	Resultado líquido do exercício		-36.214,29	-0,48%		-116.708,41	-1,58%
			7.527.800,01	100,00%		7.393.728,48	100,00%
<b>Proveitos e Ganhos</b>							
Vendas e prestações de serviços:							
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00%	0,00		0,00%
7112+7113	Vendas de produtos	534.841,02		7,10%	524.692,68		7,10%
712	Prestações de serviços	282.394,47	817.235,49	3,75%	314.211,97	838.904,65	4,25%
72	Impostos e taxas	1.611.477,42		21,41%	1.497.205,35		20,25%
Variação da produção							
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00%	0,00		0,00%
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00%	0,00		0,00%
74	Transferências e subsídios obtidos	4.563.923,59		60,63%	4.547.407,97		61,50%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	6.175.401,01	0,00%	1.377,35	6.045.990,67	0,02%
	(B) .....		6.992.636,50	92,89%		6.884.895,32	93,12%
78	Proveitos e ganhos financeiros	11.232,20	11.232,20	0,15%	14.480,85	14.480,85	0,20%
	(D) .....		7.003.868,70	93,04%		6.899.376,17	93,31%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	523.931,31	523.931,31	6,96%	494.352,31	494.352,31	6,69%
	(F) .....		7.527.800,01	100,00%		7.393.728,48	100,00%

## Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A);	-360.079,76	-299.247,80
Resultados financeiros: (D)-(C-A);	-27.171,86	-28.244,04
Resultados correntes: (D)-(C);	-387.251,62	-327.491,84
Resultado líquido do exercício: (F)-(E);	-36.214,29	-116.581,55

## ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

## ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

## Município de Vila Nova da Barquinha

Ano: 2019

## Ativo Bruto

Código de Contas	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
	<b>Imobilizado</b>						
	<b>Bens de domínio público</b>						
451	Terrenos e recursos naturais	188.204,37	0,00	0,00	0,00	0,00	188.204,37
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	12.224.081,30	0,00	0,00	0,00	33.919,40	12.258.000,70
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	182.079,05	-1.911,77	0,00	0,00	-180.167,28	0,00
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>12.594.364,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.446.205,07</b>
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>						
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Imobilizações Corpóreas</b>						
421	Terrenos e recursos naturais	7.457.753,10	1.267,42	4.178,58	54.500,00	1.961,00	7.410.660,10
422	Edifícios e outras construções	21.243.985,90	-81.957,48	103.641,22	0,00	4.073.408,15	25.339.077,79
423	Equipamento básico	1.145.975,82	-81.351,69	87.929,72	0,00	0,00	1.152.553,85
424	Equipamento de transporte	879.399,25	-4.639,04	121.901,45	0,00	0,00	996.661,66
425	Ferramentas e utensílios	58.517,72	-927,50	5.529,57	0,00	940,74	64.060,53
426	Equipamento administrativo	583.198,04	-6.238,29	6.238,29	0,00	0,00	583.198,04
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	46.001,51	0,00	0,00	0,00	0,00	46.001,51
442	Imobilizações em curso	3.249.038,20	-23.218,09	1.160.330,30	0,00	-3.930.062,01	456.088,40
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>34.663.869,54</b>	<b>-197.064,67</b>	<b>1.489.749,13</b>	<b>54.500,00</b>	<b>146.247,88</b>	<b>36.048.301,88</b>
	<b>Investimentos Financeiros</b>						
411	Partes de capital	48.495,00	0,00	50.779,00	0,00	0,00	99.274,00
412	Obrigações e títulos de participação	182.097,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.097,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>230.592,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.779,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>281.371,00</b>

## ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

## ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

## **Declaração de responsabilidade**

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2019 do Município de Vila Nova da Barquinha declaro, sob compromisso de honra, enquanto responsável financeira pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

O responsável subscritor:

*Susana Amaro*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Vila Nova da Barquinha, que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 37 422 milhares de euros e um total de fundos próprios de 20 974 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 36 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidado que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Vila Nova da Barquinha em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 17 de Junho de 2020

---

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda  
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)

## RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

### (Contas Consolidadas)

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Vila Nova da Barquinha o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Vila Nova da Barquinha**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.
2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a elaboração das contas consolidadas, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

### PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:

- A Assembleia Municipal aprecie e vote favoravelmente as contas consolidadas do Município

Finalmente, os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 17 de Junho de 2020

---

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.  
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)